



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

ANA BEATRIZ ADLER FREITAS DE VILHENA FRAZÃO

FORMULAÇÃO DE ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS: uma investigação a partir de estudos de caso.

São Luís
2019

ANA BEATRIZ ADLER FREITAS DE VILHENA FRAZÃO

FORMULAÇÃO DE ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS: uma investigação a partir de estudos de caso.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof^ª Ma. Viviane Pereira dos Santos

São Luís
2019

Adler Freitas de Vilhena Frazão, Ana Beatriz.
FORMULAÇÃO DE ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS: : uma
investigação a partir de estudos de caso / Ana Beatriz
Adler Freitas de Vilhena Frazão. - 2019.
80 f.

Orientador(a): Viviane Pereira dos Santos.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Análise de Contingências. 2. Formulação de Caso.
3. Terapia Analítico-Comportamental. I. Pereira dos
Santos, Viviane. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A jornada para a construção desse trabalho, em muitos momentos, parecia interminável. E, sem sombra de dúvidas, não seria possível sem o auxílio teórico, afetivo e emocional de cada uma das pessoas que não poderiam deixar de ser mencionadas neste momento. Assim, gostaria de agradecer:

À minha mãe, **Amélia Adler**, que apesar de todas as dificuldades que passei ao longo do último ano não deixou de me incentivar a continuar correndo atrás dos meus sonhos. Por muitas vezes as nossas personalidades se chocaram, e mesmo em meio às discussões sempre tive a certeza de que todas as suas opiniões tinham como objetivo me mostrar o melhor caminho. Obrigada por ser uma mãe tão companheira. Amo você.

Ao meu pai, **Mauro Frazão**, que desde o começo da minha graduação parecia acreditar que um dia eu seria uma das melhores profissionais dentro do que eu me propusesse a fazer. Você é um dos meus maiores incentivadores. Obrigada por me fazer acreditar que eu tenho capacidade de conseguir qualquer coisa.

À minha irmã, **Ana Amélia Adler**, por ser a minha melhor amiga e companheira em todos os momentos. Sua sabedoria foi fundamental para que eu pudesse superar inúmeros desafios ao longo deste processo. Obrigada por ser a minha pessoa.

Ao meu namorado, **Roque Fiquene**, por ser meu porto seguro e minha dupla. A tua companhia é parte fundamental do meu dia a dia e eu não consigo nem contar as inúmeras vezes que você abriu mão das suas necessidades para me auxiliar no desenvolvimento neste trabalho. Eu serei para sempre grata e espero que essa vitória compartilhada seja apenas a primeira de muitas. Eu te amo muito!

À minha madrinha (Dinda), **Tereza Adler**, que desde a minha infância sempre esteve presente em cada uma das minhas grandes conquistas. Obrigada por me acolher e me aconselhar nos momentos de alegria, e principalmente, me confortar nos momentos de angústia.

Aos meus professores do curso de Psicologia da UFMA, por contribuírem de maneira tão rica com a minha graduação e por serem modelos de profissionais éticos e humanos. Agradeço especialmente aos professores: **Holga Gomes**, **Catarina Malcher**, **Nádia Carozzo**, **Lucas Sá** e **Nazaré Costa** por terem me oferecidos as oportunidades que permitissem que eu me desenvolvesse como profissional

Aos melhores presentes que a UFMA poderia ter me dado, **Flávia Haidar** e **Paula Kruger**. Os laços que fizemos me ajudaram a me tornar uma pessoa e uma profissional cada

dia melhor. Vocês me inspiram e me orgulham e eu espero poder contar com vocês sempre, de perto ou de longe.

Ao melhor grupinho da turma 2014.1, “Os Excluídos” **Amanda Drumont, Felipe Fook, Thais Jansen, Beatriz Marinho, Júlia Milhomens, Luanda Isna e Larissa Dias**. Vocês tornaram minha caminhada na UFMA mais divertida.

À minha chefe, **Anna Kelly Frota**, e a toda equipe de Mentoria do Colégio DomBosco, **Paula Kruger, Mariana Azevedo, Gyovana Macieira, Verônica Araujo, Francis Bonfim, Camila Andrade e Brenda Machado**. Talvez vocês não saibam, mas, em diversos momentos, vocês foram minha fonte de motivação para conseguir terminar esse trabalho. Meus dias com vocês são mais do que reforçadores! Obrigada por me ensinarem tanto.

Aos **membros da banca, Catarina Malcher e Yanne Azevedo** por terem aceitado avaliar e contribuir com este trabalho.

E por fim, à minha orientadora **Viviane dos Santos** por ter aceitado orientar este trabalho, mesmo diante de condições que não eram as ideais. Obrigada por ter acreditado em mim, pela paciência e por ter me ajudado a amadurecer esta pesquisa. Obrigada por ter me ajudado a montar este quebra-cabeça.

*Todos os cientistas, gigantes ou não, capacitam aqueles que
o seguem a começar um pouco mais além*

B. F. Skinner

RESUMO

A Análise de Contingências é uma ferramenta utilizada por terapeutas analítico-comportamentais para descrever relações contingentes entre respostas emitidas pelos indivíduos e os eventos comportamentais envolvidos na emissão da resposta. Foi percebido, contudo, que não existe um consenso na literatura sobre como a sua formulação deve ser feita. Assim, esse estudo teve como principal objetivo descrever, a partir da revisão de estudos de caso publicados na literatura nacional, como terapeutas analítico-comportamentais formulam a análise de contingência. Para isto foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos principais manuais clínico de Análise do Comportamento publicados no Brasil e dos volumes do período Comportamento em Foco. Foram incluídos livros de análise do comportamento aplicada ao contexto clínico, cujos sumários apresentavam pelo menos um capítulo de estudo de caso. Foram analisados 43 livros e 8 volumes do periódico Comportamento em Foco, e após a exclusão daqueles que não se adequavam aos critérios, restaram 13 livros e 2 periódicos, dos quais foram selecionados 31 estudos de caso, sendo 29 capítulos de livro e 2 artigos. Os estudos foram lidos, categorizados e posteriormente analisados segundo os critérios definidos no método através do Excel. Dentre os principais resultados foi percebido que 58% da amostra apresenta análises de contingência em formato de texto e 42% em formato de tríplex contingência/tabela. Assim, foi possível confirmar a hipótese de que não é possível categorizar todas as análises em um mesmo modelo, mas que o formato predominante nos últimos 20 anos foi a descrição em texto, diferente das principais propostas teóricas na literatura.

Palavras-chave: Terapia Analítico-Comportamental. Análise de Contingências. Formulação de Caso.

ABSTRACT

Contingency Analysis is a tool used by behavior-analytic therapists to describe contingent relationships between responses emitted by individuals and the behavioral events involved in response output. It was noted, however, that there is no consensus in the literature on how its formulation should be done. Thus, this study aimed to describe, from the review of case studies published in the national literature, how behavior-analytic therapists formulate contingency analysis. For this, a bibliographic research of the main clinical Behavior Analysis manuals published in Brazil and the volumes of the Behavior in Focus period was performed. Behavioral analysis books applied to the clinical context were included, whose summaries present at least one case study chapter. We analyzed 43 books and 8 volumes of the journal Behavior in Focus, and after excluding those that did not meet the criteria, 13 books and 2 journals were left, from which 31 case studies were selected, 29 book chapters and 2 articles. The articles were read, categorized and later analyzed according to the criteria from Word Excel. Among the main results it was noticed that 58% of the sample presents contingency analysis in text format and 42% in triple contingency / table format. Thus, it was possible to identify confirm the hypothesis that it is not possible to categorize all analyzes in the same model, but that the predominant format in the last 20 years was the text description.

Keywords: Analytical Behavioral Therapy. Contingency Analysis. Case Formulation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise de contingências da resposta de "ficar em casa".	27
Figura 2 - Análise de contingências das respostas de “falar que é a vez de usar o computador”, “empurrar a irmã e procurar a mãe” e “pensar que é injustiçado”.	28
Figura 3 - Análise de contingências de um caso clínico da série "In Treatment".	29
Figura 4 - Análise de contingências extraída de Nery e Fonseca (2018).	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das publicações dos estudos de caso em intervalos de cinco em cinco anos.	35
Gráfico 2 - Autores mais produções dentre os trabalhos encontrados.	37
Gráfico 3 - Formulação das Análises de Contingências.	38
Gráfico 4 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas e classificadas funcionalmente.	40
Gráfico 5 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas em formato de texto. .	42
Gráfico 6 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas em formato de tríplex contingência.	43
Gráfico 7 - A frequência de regras e autorregras analisadas nos estudos encontrados.	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MARCO TEÓRICO	14
2.1 Breve caracterização da Análise do Comportamento	14
2.2 Terapia Analítico Comportamental: percurso histórico, desenvolvimento e principais características	17
2.3 Análise de Contingências: características e formas de elaboração	24
3 OBJETIVOS	31
3.1 Geral	31
3.2 Específico	31
4 MÉTODO	32
4.1 Base documental	32
4.2 Materiais Selecionados	32
4.3 Procedimento	33
4.4 Categorias	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das disciplinas teórico e práticas de Análise do Comportamento, bem como na experiência de Estágio Supervisionado em Clínica Analítico-Comportamental, os alunos da graduação de Psicologia são expostos à diferentes formas de ensino sobre como formular análises de contingências. Desde o modelo mais básico, proposto por Del Prette (2011), até a proposta de Costa, descrita neste trabalho por Gondim (2013), é possível identificar diferentes formas de descrever e analisar os eventos comportamentais que são colocados para o terapeuta durante o processo clínico. Tal experiência é compatível com a literatura nacional, que nos apresenta diferentes possibilidades de executar esta tarefa. No entanto, algumas dúvidas surgiram, no sentido de identificar os impactos produzidos na formação de terapeutas analítico-comportamentais, diante de tal diversidade. É possível identificar na literatura questionamentos sobre as consequências dessa ausência de padrão tanto à nível de resultados clínicos, quanto para a pesquisa aplicada em análise do comportamento, que a partir do movimento da prática psicoterápica baseada em evidências, tem sido cobrada cada vez mais a descrever seus procedimentos para a replicação em ensaios clínicos randomizados (LEONARDI; MEYER, 2015).

No entanto, para avaliar estes impactos, é necessário primeiramente fazer um retorno à nível teórico, no sentido de identificar como os analistas do comportamento no Brasil estão fazendo uso da sua ferramenta de base, através da revisão dos estudos de caso. Pesquisas com esse recorte já tem sido desenvolvidas, como por exemplo o estudo realizado por Toscano, Macchione e Leonardi (2019), que teve como objetivo identificar quais elementos compõe as análises de contingência na literatura nacional, através da revisão de 13 estudos de caso clínico. Nesta investigação, foram analisados quais tipos de eventos aparecem como antecedentes, respostas e consequências, porém os autores não buscaram identificar padrões na formulação.

Assim, para compreender como os profissionais aplicam esta ferramenta na sua prática e como a descrevem, torna-se relevante ampliar essa investigação, com ênfase nos aspectos que dizem respeito à sua formulação. Dessa forma, a partir desta necessidade, foram delineados os objetivos para este estudo.

Considerando que a análise de contingências é fundamental para caracterizar um processo psicoterápico como analítico-comportamental (COSTA, 2011), sendo necessária ao longo de todo processo terapêutico, espera-se que toda intervenção que se denomine analítico-comportamental apresente no seu procedimento a formulação dessas análises (MEYER et al., 2015). No entanto, duas questões importantes são levantadas pela literatura acerca do tema: é

possível encontrar diferentes formas de se fazer análise de contingências, que vão desde a quantidade de elementos incluídos, a classificação funcional desses elementos, e até mesmo o alcance da análise em relação à aspectos históricos que se relacionam com a ocorrência da resposta, como a inclusão de princípios de instalação.

Além disso, levantamentos realizados apontam a dificuldade de supervisores para ensinar a análise de contingências para terapeutas iniciantes, já que não há uma descrição precisa de como ela foi feita (ULIAN, 2007). Mais recentemente o estudo de Leonardi (2016) apontou que não apenas a descrição dessas análises é insuficiente, como também em muitos relatos de caso elas nem aparecem.

Ao considerar que, segundo Quinta (2018) um dos objetivos da Análise do Comportamento como ciência é oferecer serviços que contribuam com mudanças sociais e solucionem problemas cotidianos, é de relevância social que os profissionais que ofertam o serviço de psicoterapia estejam cada vez mais capacitados dentro do seu arcabouço teórico-prático. Assim, um estudo voltado para análise e proposta de aprimoramento da principal ferramenta de intervenção da Terapia Analítico-Comportamental, (TAC) pode promover resultados que auxiliem terapeutas à executar uma prática mais precisa, conseqüentemente obtendo cada vez mais resultados em direção à promoção de qualidade de vida.

No âmbito acadêmico, assim como foi citado inicialmente, a tese de Leornadi (2016) evidencia a necessidade de Análise do Comportamento enquanto ciência se adequar ao movimento de práticas psicoterápicas baseadas em evidências, no sentido de colocar à prova experimental os conceitos que foram apenas transpostos do laboratório para a clínica. Entretanto, para realizar essa análise, é imprescindível que o modelo psicoterápico em questão disponha de uma manualização e descrição precisa dos seus procedimentos, para garantir que estes possam ser replicados. Dada a inexistência de consenso entre a formulação de análises de contingências, bem como dos demais processos envolvidos na TAC, torna-se um desafio organizá-la em etapas para que se enquadre nesse movimento.

Diante do exposto, torna-se relevante pesquisar acerca da formulação de análises de contingência, para que seja possível identificar suas principais características, e a partir disso aprimorar a ferramenta básica do analista do comportamento, inclusive daquele que atua no contexto clínico. Ao fazer isso, estudos como o proposto podem contribuir para o processo de sistematização da Terapia Analítico Comportamental, assim como propõe Leonardi (2016) ao longo da sua tese.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Breve caracterização da Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento, enquanto uma ciência pautada na filosofia behaviorista radical de Skinner (1974/2006), e que têm como objeto de estudo as relações comportamentais, pode ser compreendida como um sistema psicológico, no qual se articulam conteúdos filosóficos, empíricos e aplicados, cujo principal objetivo é formular uma compreensão ampla sobre o comportamento (TOURINHO 1995; 2003). Dessa forma, cada um desses pilares se compromete com o desenvolvimento de um âmbito específico da ciência do comportamento.

O campo filosófico diz respeito às discussões propostas por Skinner ao desenvolver o Behaviorismo Radical, cujas especificidades e distinções dos demais behaviorismos foram esclarecidas a partir da sua publicação em 1945 com o artigo “*The operational analysis of psychological terms*” (COSTA, 2002; MOREIRA; HANNA, 2015; TOURINHO, 1999). Nesta filosofia, Skinner se propõe a responder questões, tais como a própria viabilidade de uma Ciência do Comportamento, propondo uma visão de homem e mundo que se distinguem das demais propostas filosóficas vigentes na psicologia até então (SKINNER, 1974/2006).

De acordo com a proposta skinneriana, o comportamento “(...) é um processo e não uma coisa (...), é mutável, fluído e evanescente” (SKINNER, 1953/2003, p. 16). De forma mais operacionalizada, pode ser compreendido como tudo aquilo que o organismo como um todo faz a partir da sua relação com o ambiente (SKINNER, 1938). Ele é a variável dependente para a qual se busca identificar os estímulos ambientais relacionados com a ocorrência das respostas, e como exercem influência um sob outro, de maneira mútua (SKINNER, 1953/2003). Para explicar a ocorrência dessa relação, Skinner propõe um modelo explicativo, conhecido como modelo de seleção pelas consequências, no qual afirma que o comportamento humano é selecionado a partir de suas consequências em três níveis: filogênese, ontogênese e cultura (SKINNER, 1981).

O primeiro nível, filogenético, refere-se aos comportamentos inatos e compartilhados pela espécie, e que foram selecionados a partir da seleção natural, previamente descrita por Charles Darwin. A ontogênese, refere-se aos comportamentos aprendidos ao longo da história pessoal do organismo, de modo que este interage com o meio modificando-o, e é modificado pelas consequências de suas ações. Já a cultura diz respeito às práticas culturais, aprendidas individualmente, porém selecionadas pelo valor de sobrevivência do grupo (SKINNER, 1981).

É importante ainda fazer a distinção entre duas classes de resposta: o reflexo e o operante. A relação reflexa, também conhecida na literatura como respondente, é descrita no modelo de seleção pelas consequências a partir da filogênese, de forma que um determinado estímulo ambiental antecedente elicia, necessariamente, e sob circunstâncias específicas, uma determinada resposta, e são então analisadas a partir do paradigma estímulo-resposta. É importante ressaltar que tais relações podem ser tanto inatas, quanto aprendidas. Essa distinção pode ser exemplificada no clássico experimento de Pavlov. Foi feito um experimento de condicionamento respondente, de forma que um grupo de cães começou a salivar diante da apresentação de um estímulo sonoro. Inicialmente o cão salivava apenas para o estímulo comida (comportamento reflexo incondicionado) e, posteriormente, a partir do pareamento de respostas, o mesmo cão começou a apresentar a resposta de salivar diante do estímulo sonoro (comportamento reflexo condicionado). Assim, por mais que no paradigma reflexo as respostas sejam eliciadas, também é possível estabelecer relações de aprendizagem a partir do condicionamento respondente (CATANIA, 1999; SKINNER, 1991/1938).

Já o comportamento operante define-se a partir da classe de respostas aprendida no nível ontogenético, de forma que o indivíduo emite uma resposta diante de um estímulo ambiental antecedente, produzindo consequências após a sua emissão, que irão selecionar sua ocorrência no futuro ou não diante de uma situação ambiental semelhante (SKINNER, 1991/1938). Assim, definem-se enquanto consequências reforçadoras aquelas que aumentam a probabilidade de emissão da resposta, fortalecendo a sua ocorrência, e como punitivas às que diminuem esta probabilidade (SKINNER, 1974/2006). É importante ainda frisar que, ao falar de operante, descreve-se uma relação de contingência probabilística entre eventos, de modo que um evento ambiental não causa um evento comportamental, mas sim estabelece relações de influência mútua com este, diferente do que ocorre no comportamento reflexo, no qual as relações comportamentais descritas são de causa e efeito (LAURENTI; LOPES, 2008).

Skinner (1953/2003) aponta que grande parte do repertório comportamental humano é operante, sendo necessário então o desenvolvimento de uma unidade de análise para esta classe de respostas que fosse além do paradigma estímulo-resposta. Dessa forma, ainda segundo o autor, as respostas operantes são analisadas a partir da tríplice contingência, definida como uma descrição das relações entre as respostas do organismo, o contexto na qual ocorrem, e as variáveis externas produzidas como efeito dessas respostas, ou seja, as consequências (SKINNER, 1953/2003).

Diante do que foi exposto até aqui, mesmo que de forma resumida, é possível destacar alguns aspectos centrais da filosofia behaviorista radical, que são imprescindíveis para a

compreensão da Análise do Comportamento, e conseqüentemente para sua aplicação: 1) seu objeto de estudo é o comportamento, o qual é compreendido enquanto relação organismo-ambiente; 2) a explicação do comportamento caracteriza-se como seletivista; 3) externalista pela ênfase em fatores externos e relacionais ao organismo e 4) monista por considerar o organismo como um todo que interage com o ambiente no qual está inserido, superando o dualismo mente-corpo (SKINNER, 1953/2003).

Cabe ainda diferenciar os ramos empírico e aplicado que compõem a Análise do Comportamento. O braço empírico é definido por Tourinho (1999) como Análise Experimental do Comportamento, e diz respeito à produção e validação de dados científicos, que de acordo com Carvalho Neto (2002) envolve a “manipulação de variáveis em um contexto controlado e deliberadamente simplificado e artificial” (p. 4), mas que de acordo com Tourinho (2003) pode ser apenas descritiva e nem sempre envolver manipulação. Tal característica experimental confere à Análise do Comportamento seu teor de cientificidade, já que, as teorias e conceitos propostos pelo Behaviorismo Radical, enquanto uma filosofia, são colocados à prova a partir da experimentação de seus princípios, seguindo critérios metodológicos rigorosos (TOURINHO, 1999).

Por fim, o ramo aplicado refere-se à aplicação dos conceitos desenvolvidos e testados experimentalmente ao ambiente natural, construindo um aparato técnico e garantindo a produção de intervenções socialmente relevantes (TOURINHO, 1999). Configura-se então como o pilar da Ciência do Comportamento comprometido em manter o contato com o ambiente natural, fornecendo dados aos pesquisadores acerca das questões pertinentes a serem investigadas (CARVALHO NETO, 2002). Em outras palavras, é possível afirmar que o pilar aplicado da Análise do Comportamento se compromete com o desenvolvimento de ações nos mais diferentes contextos, para que seja possível produzir mudanças comportamentais e solução de problemas (CARRARA, 1998).

A clínica psicológica configura-se enquanto um dos possíveis caminhos a serem percorridos pelo analista do comportamento para aplicação do seu conhecimento. Essa afirmação foi possível a partir do avanço das pesquisas sobre comportamento verbal, e com a ampliação dos estudos acerca dos princípios básicos do comportamento, funcionando como pilares para o início do planejamento da intervenção analítico-comportamental para estratégias clínicas (MARÇAL, 2010). Portanto, considerando que esta pesquisa tem como objetivo principal a investigação de uma ferramenta clínica, e que não será feita a utilização de experimentação laboratorial como mecanismo metodológico ou de análise de dados, é possível afirmar que esta se caracteriza como parte da Análise do Comportamento Aplicada.

Assim, é possível identificar o comprometimento da Ciência do Comportamento com a produção e desenvolvimento de intervenções e estratégias que promovam o desenvolvimento de um bem-estar social, justificando assim o surgimento posterior de uma clínica psicológica pautada nos princípios comportamentais como parte dos procedimentos existentes na Análise Aplicada do Comportamento.

2.2 Terapia Analítico Comportamental: percurso histórico, desenvolvimento e principais características

O desenvolvimento da Análise Aplicada do Comportamento, ocorreu de forma diferente das demais abordagens da psicologia, já que não houve uma motivação inicial que tenha partido da prática clínica. Ao refazer o percurso do nascimento da psicoterapia baseada em princípios comportamentais, que será mais amplamente discutida ao decorrer deste trabalho, Leonardi (2015) aponta que, inicialmente as técnicas surgiram com o objetivo de verificar a aplicabilidade dos princípios comportamentais testados em laboratório para a solução de problemas cotidianos.

Historicamente, tais práticas foram inicialmente implantadas em instituições psiquiátricas nos Estados Unidos, e tinham como objetivo principal a redução de comportamentos problema, sem desenvolver aspectos saudáveis já presentes no repertório do indivíduo (GUILHARDI, 2003). Além dos manuais que foram desenvolvidos como produto dessas intervenções, ainda é possível encontrar na obra de Skinner, não apenas o objetivo explícito de desenvolver um conhecimento capaz de produzir mudanças sociais, como também uma descrição inicial da prática psicoterápica (QUINTA, 2018).

Em “*Ciência e Comportamento Humano*”, Skinner (1953/2003) discorre acerca das agências de controle, que se conceituam enquanto grupos organizados que exercem controle ético sobre os membros de uma comunidade. Esse controle é exercido através da manipulação de um conjunto particular de variáveis, promovendo reforçamento das respostas desejáveis, e punindo aquelas consideradas inadequadas, pensando sempre na manutenção do grupo. Ao todo, o autor descreve cinco agências de controle: governo, religião, psicoterapia, educação e economia. Para este trabalho, torna-se relevante uma discussão mais detalhada acerca da agência de psicoterapia.

Ao iniciar este capítulo o autor discorre a respeito dos subprodutos causados pelas demais agências, tais como a fuga do controle ético, o contra-controle e a passividade diante de eventos controladores. Estes subprodutos podem configurar-se como prejudiciais tanto para o

indivíduo, quanto para sua comunidade. É nesse contexto que a psicoterapia surge, enquanto uma modalidade de intervenção. É válido ressaltar ainda que esta agência possui a especificidade de atuar de forma menos organizada que as demais, no sentido de não possuir uma série de leis e punições (como na agência governamental) e também não dispor de dogmas (como na agência religiosa) (SKINNER 1953/2003).

Além disso, a psicoterapia se opõe às agências supracitadas, já que ela precisa intervir justamente nos subprodutos mencionados. Outra especificidade relevante diz respeito à instituição da terapia enquanto uma profissão, na qual o terapeuta é mantido por diversas contingências de reforçamento, tais como: o alívio da condição do paciente, o sucesso de uma intervenção comportamental e por razões econômicas (SKINNER 1953/2003).

A sua descrição é feita a partir de determinados processos, cujas etapas envolvem a coleta de dados acerca da história de vida do indivíduo, bem como do comportamento-alvo de modificação, e suas circunstâncias de ocorrência; a descrição das relações funcionais entre os eventos ambientais e comportamentais e o planejamento do manejo das contingências vigentes (SKINNER 1953/2003). Apesar dessa descrição fornecer base para a aplicação dos princípios comportamentais em um contexto clínico, ela pode ser considerada embrionária, já que não descreve de forma precisa o manejo terapêutico, recursos para intervenção, nem técnicas e/ou habilidades necessárias nesse contexto. Assim, embora não tenha sido um psicoterapeuta, seus trabalhos puderam fornecer subsídios para que outros pesquisadores investissem em uma maior sistematização do que posteriormente viria a ser a terapia analítico-comportamental.

Dessa forma, a aplicação da Análise do Comportamento na clínica ocorreu a partir da construção de uma base teórica sólida que corroborou para que os pesquisadores transpusessem os princípios da aprendizagem respondente e operante para a intervenção de problemas relacionados ao comportamento humano (COSTA, 2002; QUINTA 2018).

Assim como aconteceu nos Estados Unidos, a Análise do Comportamento chega ao Brasil primeiramente com objetivos experimentais, a partir da vinda de Fred Keller para ministrar uma disciplina de psicologia experimental em São Paulo, de forma que os principais nomes nacionais tiveram uma formação essencialmente voltada para a pesquisa básica (GUILHARDI, 2003).

Em seu texto *“E tudo se deve às consequências”*, Guilhardi (2003) descreve esse percurso histórico, ao falar da sua própria experiência enquanto um dos principais fundadores do que seria futuramente a Terapia Comportamental no Brasil. Em 1969 a primeira turma de psicologia da Universidade Católica de Campinas demonstrou interesse em aplicar os princípios básicos da análise do comportamento à clínica, e junto ao professor Luís Otávio de Seixas

Queiroz desenvolveram o primeiro estágio, e posteriormente também a primeira clínica, voltada para o uso de estratégias de Modificação do Comportamento (GUILHARDI, 2003).

Essa tarefa demonstrou-se bastante árdua, visto que não havia nenhum manual ou modelo terapêutico para ser usado como norteador. Dessa forma, os pioneiros em Análise Comportamental Clínica no Brasil tiveram que desenvolver estratégias para transpor seus conhecimentos de princípios básicos para o contexto aplicado, além de adaptá-los para atender a realidade da população clínica brasileira (GUILHARDI, 2003).

Dada as características desse desenvolvimento, é possível perceber que o objetivo principal da construção da Terapia Comportamental no Brasil foi de aplicar os conceitos fundamentais da Análise do Comportamento na clínica. Assim, pouco foi produzido até então em relação à construção de uma intervenção que seja comprometida com a produção de evidências de eficácia, tal qual ocorreu nos Estados Unidos (LEONARDI, 2016). Outro aspecto diferencial no desenvolvimento da Terapia Comportamental no Brasil foi o seu comprometimento, desde o início de sua estruturação, com a proposta skinneriana, assumindo uma visão externalista (VANDENBERGUE, 2011). Este fato justifica a ausência de necessidade de classificar a prática em diferentes gerações, ou ondas, assim como ocorreu no contexto norte-americano. Este processo ocorrido nos Estados Unidos, será brevemente descrito, para esclarecer aproximações e distinções do modelo nacional.

As terapias de 1ª geração abarcaram o movimento inicial da Terapia Comportamental, por volta de 1950 e 1960, sustentadas pelos princípios de aprendizagem demonstrados em estudos experimentais com animais. O objetivo era a modificação do comportamento por meio do uso de técnicas embasadas nos conceitos de condicionamentos clássico e operante, focando, principalmente, na redução da frequência de emissão dos comportamentos-problema (LUCENA-SANTOS; PINTO-GOUVEIA; OLIVEIRA, 2015).

As terapias de 2ª onda, por sua vez, tiveram como destaque o desenvolvimento e ápice das terapias cognitivas, com seus expoentes Albert Bandura, Aaron Beck e Albert Ellis. Esses autores investigaram o papel das cognições no desencadeamento e tratamento de transtornos psicológicos, assim como a possível modificação de pensamentos distorcidos presentes nas psicopatologias (LUCENA-SANTOS; PINTO-GOUVEIA; OLIVEIRA, 2015).

Em 1960, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) ganhou força, sendo disseminada em todo o mundo. Iniciou-se a combinação de protocolos e técnicas cognitivas com as comportamentais, contemplando não só os princípios de aprendizagem, mas também o processamento de informação (LUCENA-SANTOS; PINTO-GOUVEIA; OLIVEIRA, 2015).

Finalmente, as terapias de 3ª geração vieram para preencher algumas lacunas deixadas pelas terapias cognitivas, tais como a ausência de uma base teórico-filosófica sólida e de critérios para a inclusão de técnicas no grupo das intervenções cognitivas. Elas surgem enquanto um movimento de retorno ao rigor científico e metodológico pautados na análise comportamental clínica, porém com a inclusão de influências que trazem alguns aspectos que antes não eram contemplados por essa teoria. Essas novas abordagens buscaram nutrir uma atitude de aceitação sem julgamentos em relação às experiências humanas, proporcionando um maior bem-estar psicológico. Tendo como seu grande difusor Steven Hayes (2004), alguns modelos representantes da 3ª onda são a Psicoterapia Analítica-Funcional (FAP), Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), Terapia Comportamental Dialética (DBT), Ativação Comportamental (BA), etc. (LUCENA-SANTOS; PINTO-GOUVEIA; OLIVEIRA, 2015; HAYES, 2004).

Assim, a partir dessa breve descrição das gerações, bem como a partir da compreensão do percurso descrito por Guilhardi (2003), é possível afirmar que não houve, no cenário nacional, essa divisão por conta da ausência da influência de componentes cognitivos na construção da Terapia Comportamental, pois manteve-se fiel aos princípios skinnerianos.

No que diz respeito à nomenclatura, em 2001, Tourinho e Cavalcante (2001) propuseram o termo “Terapia Analítico-Comportamental”, que teve uma alta adesão por parte dos terapeutas, já que descreve no próprio nome as bases teórico-filosóficas que sustentam a prática clínica (LEONARDI, 2016). Ainda segundo Leonardi (2016), sua criação não teve a intenção de propor um novo modelo terapêutico, mas sim de nomear uma prática que já estava em vigor no território nacional. Cabe ressaltar que esta não foi a única proposta que surgiu para nomear a prática clínica com base na Análise do Comportamento, e diversos outros exemplos podem ser citados, tais como: a Terapia por Contingências de Reforçamento; a Psicoterapia Comportamental Pragmática; Terapia Molar e de Autoconhecimento. No entanto, apesar de apresentarem algumas diferenças pontuais, todos os modelos citados compartilham a fundamentação na Análise do Comportamento, e a adoção da análise de contingências como principal ferramenta de análise e intervenção, tornando a criação de diferentes nomenclaturas, em alguns momentos, irrelevante do ponto de vista prático (COSTA, 2011).

Costa (2002) define a Terapia Analítico-Comportamental como:

O trabalho terapêutico que se fundamenta no Behaviorismo Radical e utiliza os princípios da Análise do Comportamento no contexto clínico, objetivando identificar e analisar funcionalmente as variáveis externas que estão controlando o comportamento do cliente, a fim de modifica-los quando desejado. Dito de outra forma, o que define a Terapia Comportamental (ou a TAC) é o modo como se

compreende e se intervém no fenômeno comportamental, que deve estar em concordância com a filosófica e ciência do comportamento (p. 11).

A Terapia Analítico-Comportamental se define então tanto a partir de suas bases filosóficas, conceituais e metodológicas, quanto pela ferramenta e estratégias de intervenção. Considerando que suas bases teórico-filosóficas são monistas, selecionistas, externalistas e contextualistas, é papel do terapeuta analítico-comportamental desenvolver estratégias para identificar as variáveis que instalaram e mantêm os comportamentos-problema; sua frequência e contextos de ocorrência; identificar padrões saudáveis e ensinar habilidades e respostas alternativas (MEYER et al., 2010; ZAMIGNANI et al., 2016).

Para o cumprimento desses objetivos, o terapeuta deve realizar uma análise ampla, identificando aspectos históricos que contribuíram para a instalação dos padrões comportamentais, contextos atuais que os mantêm e quais os padrões relevantes que ocorrem na própria sessão. Nessa relação, terapeuta e cliente irão identificar: ocasião em que as respostas ocorrem, as modificações que elas produzem no ambiente e os efeitos que estas modificações exercem sobre o repertório do cliente. Desse modo, este assume uma postura ativa, na medida em que fornece informações para o terapeuta, e aprende a analisar funcionalmente o próprio comportamento, incluindo a análise de pensamentos e emoções (visto que estes também são considerados comportamentos), para que seja possível promover mudanças no repertório comportamental que promovam qualidade de vida (NERY; FONSECA, 2018).

Esses objetivos são cumpridos a partir de algumas etapas, que são descritas por Costa (2002) como: avaliação, intervenção e acompanhamento. A avaliação, ou etapa inicial, compreende a avaliação do caso a partir da coleta de dados sobre a história de vida do cliente e suas circunstâncias atuais. Essas informações são obtidas principalmente através do relato verbal do cliente e da observação das respostas que o cliente apresenta na sessão. É importante ressaltar que nem sempre o cliente terá um repertório de autodescrição suficientemente elaborada para fornecer as informações necessárias. Assim, cabe ao terapeuta elaborar perguntas e discussões que estimulem e modelem esse repertório (COSTA 2002; MEYER et al., 2010; ZAMIGNANI et al., 2016).

Essas informações serão então analisadas a partir da análise de contingências, ferramenta indispensável ao analista do comportamento para identificar variáveis de controle antecedente e conseqüente e planejar de que forma irá intervir na relação comportamental para promover aumento de frequência das respostas saudáveis e diminuição de frequência das respostas problema (MEYER et al., 2010). A utilização da análise de contingência, bem como suas principais características, será mais amplamente discutida no próximo tópico.

Ainda na etapa de avaliação destaca-se a relevância da relação terapêutica para a efetividade do processo terapêutico. Skinner (1953/2003) afirma que para que busque terapia, o cliente já está exposto a um extenso histórico de estimulação aversiva. Portanto, é papel fundamental do terapeuta comportar-se como uma audiência não-punitiva, permitindo a livre expressão do cliente e garantindo com que ele se sinta motivado a retornar para sessões posteriores. É também através dessa relação que o terapeuta poderá identificar variáveis relacionadas às respostas problema relatadas pelo cliente, bem como suas respostas de melhora, visto que a relação terapeuta-cliente também é uma interação social, na qual ambos estão exercendo controle sobre as respostas uns dos outros. Faz-se então extremamente necessário o desenvolvimento de habilidades terapêuticas que favoreçam o estabelecimento de vínculo, dada a sua relevância e potencial mecanismo de intervenção (MEYER et al. 2010; WIELENSKA, 2012).

O terapeuta não deve generalizar as suas habilidades para se relacionar e avaliar todos os clientes da mesma forma. Cada cliente, na relação terapêutica, atuará como um ambiente totalmente novo, bem como as consequências fornecidas pelo terapeuta assumirão diferentes funções. Mesmo que classes de respostas sejam topograficamente iguais, as relações funcionais serão, em sua maioria, únicas na história de vida de cada um (NERY; FONSECA, 2018). Cada indivíduo possui uma forma de se relacionar com o ambiente no qual está inserido, e apesar da universalidade dos princípios comportamentais, cada cliente está sob controle das suas próprias variáveis (MARMO, 2012). Marmo (2012) ainda complementa:

Como o cliente se senta? Seu olhar é cabisbaixo ou enfrentador? Como conta sua história? É um início tímido, resguardado ou um jorro de palavras ditas em tom alto e claro? Chora? Quando fala de quê? De quem? Olha no relógio? Como está vestido? Cada cliente é uma fonte inesgotável de combinações comportamentais e para cada uma dessas combinações devemos ter um olhar particular e uma conduta apropriada (MARMO, 2012, p. 124).

Finalizada a etapa de avaliação, antes de entrar na intervenção propriamente dita, recomenda-se que o terapeuta prepare a devolução para o cliente. A partir dos dados que foram coletados pelo terapeuta, este irá formular hipóteses para os padrões comportamentais do cliente, tanto saudáveis quanto problema (COSTA, 2002). Essas hipóteses são apresentadas no formato de microanálises, ou seja, análise das respostas isoladas, e de macroanálises, que são hipóteses mais amplas e que explicam os padrões comportamentais do cliente a partir da interrelação entre sua história de vida e seu contexto atual, bem como a relação entre eventos ambientais e comportamentais (MEYER, 1997).

As hipóteses devem ser apresentadas e discutidas com o cliente, para que possam ser testadas, sendo então confirmadas ou refutadas. Além disso é importante que o cliente tenha

clareza quanto aos aspectos que instalaram e que mantêm as suas respostas, já que assim ele pode ampliar seu repertório de autoconhecimento, garantindo que “(...) comece a observar os controles do ambiente e como tais controles podem ser modificados por ele próprio” (COSTA, 2002, p. 13). Ainda na devolutiva o terapeuta apresenta os objetivos terapêuticos traçados a partir do processo de avaliação, que consistem na identificação e descrição clara e objetiva do que se espera ao longo do processo terapêutico: quais respostas deseja-se aumentar ou diminuir a frequência (MARTIN; PEAR, 2009). Além disso, o terapeuta deve garantir que os objetivos sejam coerentes ao referencial teórico que fundamenta seu trabalho e suficientemente amplos e precisos para que os clientes atinjam as melhoras pretendidas para sua qualidade de vida (QUINTA, 2018).

Realizada a devolutiva, inicia-se a etapa de intervenção. Sua principal característica é a utilização das técnicas e estratégias comportamentais para promover a modificação dos comportamentos problema e instalar e aumentar frequência daqueles que produzem consequências reforçadoras. É importante ainda ressaltar que, dada a proposta skinneriana, as intervenções não se restringem apenas às respostas públicas, mas também às encobertas (COSTA, 2002).

Meyer et al. (2010) descrevem com detalhes estratégias que devem ser utilizadas pelo terapeuta, diante de problemas específicos. Segundo os autores, tudo parte da análise de contingências, de forma que o terapeuta identifique: a não existência de antecedentes adequados para a emissão da resposta; quando não há controle de estímulo ou este controle é inadequado; controle inapropriado por estímulos autogerados; excessos e déficits comportamentais; respostas intervenientes e consequências concorrentes ou controle inapropriado das consequências.

Zamignani et al. (2016) ressaltam que além dos objetivos de promover a redução de respostas problema, o terapeuta deve estar constantemente atento ao desenvolvimento de respostas saudáveis. É de fundamental importância reforçar aumento de frequência dessas classe de respostas, para garantir não apenas que o cliente sinta alívio pela diminuição dos padrões de comportamentos associados ao sofrimento, mas também possa se comportar em direção àquilo que é importante para ele, e que produza bem-estar. Nessa mesma direção os autores destacam ainda a importância de garantir que o cliente aprenda acerca dos princípios comportamentais, para que ele possa analisar suas respostas, e conseqüentemente conseguir desenvolver um plano de ação diante das situações que são aversivas, desenvolvendo assim autonomia e independência em relação ao terapeuta.

Meyer (2004) traz ainda a discussão das posturas que o terapeuta pode assumir durante a fase de intervenção, que contribuem para a mudança de comportamento no seu cliente. São elas: o terapeuta fornece regras e favorece autorregras; fornece estimulação suplementar e modela repertórios. Os dois primeiros relacionam-se ao fornecimento de instruções acerca de repertórios alternativos e de descrição de contingências, através não só de formulações de regras diretas como também incentivando a formulação de autorregras pelo próprio cliente. A estimulação suplementar refere-se a colocar o cliente sob controle de diferentes aspectos do mesmo estímulo, isto é, garantir que ele fique atento à uma nova perspectiva sobre a mesma situação, aumentando a probabilidade de contato com outros reforçadores. Por fim, a modelagem diz respeito ao reforçamento diferencial de aproximações sucessivas, com ênfase no fornecimento de consequências imediatas aos comportamentos que ocorrem em sessão, a partir da própria relação terapêutica.

A partir do momento que o terapeuta percebe que os objetivos estão sendo atingidos e o cliente demonstra capacidade para gerenciar sozinho as questões da sua vida, a terapia entra em sua terceira fase, denominada de acompanhamento ou *follow-up*. Sua característica principal consiste em começar a aumentar o espaço de tempo entre as sessões, para verificar se os ganhos terapêuticos estão se mantendo. Caso a resposta seja afirmativa, as sessões serão diminuídas até que sejam interrompidas. Destaca-se ainda que apesar da divisão didática das fases do processo terapêutico, é possível que estas estejam bastante entrelaçadas, de forma que muitas vezes é necessário que uma intervenção seja ainda feita no processo de avaliação, ou que novas avaliações sejam feitas ao longo do processo intervenção, bem como no *follow-up* (COSTA, 2002).

Em suma, é possível concluir que o modelo brasileiro – a Terapia Analítico-Comportamental – tem como principal característica sua fundamentação no Behaviorismo Radical, e delimita seu foco de intervenção a partir da análise de contingências, buscando nas relações entre o organismo e seu ambiente a explicação para a ocorrência de respostas que produzem sofrimento, bem como possibilidades de aprendizagem de respostas alternativas (COSTA, 2002; LEONARDI, 2015; MEYER et al., 2010; ZAMIGNANI et al., 2016).

2.3 Análise de Contingências: características e formas de elaboração

Como exposto na seção anterior, a análise de contingências caracteriza-se como a principal ferramenta de avaliação e planejamento de intervenção para terapeutas analítico-comportamentais (COSTA, 2002; MEYER et al., 2010, ZAMIGNANI et al., 2016). A sua

formulação é apontada por Costa (2011) como critério que justifica as diferentes nomenclaturas para a terapia comportamental no Brasil referirem-se à uma mesma forma de intervenção. Assim, cabe descrever como vem sendo definida, assim como suas características, e quais as implicações da sua utilização para a intervenção terapêutica.

A definição do que seria a análise de contingências, ou análise funcional, está presente na literatura desde as obras de Skinner. Em “*Ciência e Comportamento Humano*” o autor a define como a tentativa de prever e controlar comportamentos individuais, através da identificação da relação entre resposta e as variáveis externas das quais elas são função. Ele ainda ressalta que essas análises referem-se à ocorrência futura de classes de respostas semelhantes, já que não é possível prever ou controlar uma resposta que já ocorreu (SKINNER, 1953/2003).

Atualmente distingue-se os termos análise de contingências e análise funcional, que de acordo com Meyer et al. (2010), ao se referir ao contexto clínico é preferível que se adote o termo análise de contingências, em virtude da nomenclatura análise funcional estar relacionada à avaliação das relações comportamentais passíveis de serem manipuladas e controladas em laboratório. Dessa forma, considerando que este estudo se compromete em revisar análises de estudos de caso desenvolvidos em contexto clínico, torna-se mais adequado assumir a terminologia análise de contingências.

Assim como pontua Skinner, autores contemporâneos da Análise do Comportamento também apresentam definições semelhantes para caracterizar a análise de contingências. Del Prette e Almeida (2012) compreendem como uma ferramenta teórica por nortear-se a partir do referencial conceitual da Análise do Comportamento, e prática por orientar os processos aplicados de avaliação e intervenção. Já Nery e Fonseca (2018) definem a análise de contingências como a descrição das relações funcionais entre comportamento operante e o ambiente no qual o indivíduo interage.

No entanto, por mais detalhada que possa ser essa descrição, é importante destacar que nenhuma análise pode ser considerada uma verdade definitiva, dado seu caráter inerente de incompletude (VANDENBERGUE, 2002). Isso se dá principalmente por fatores tais como: a impossibilidade do controle experimental das variáveis envolvidas na instalação e manutenção das respostas; muitas variáveis podem estar controlando uma mesma resposta, e nem sempre é possível a identificação de todas elas e a própria característica de que uma resposta pode ser analisada de diferentes formas, e ainda assim estarem corretas (NENO, 2003; VANDENBERGUE, 2002). Assim, adota-se o critério de verdade a partir da relevância

pragmática, no sentido de que é verdadeiro tudo aquilo que é relevante e útil considerando o caso analisado (VANDENBERGUE, 2002).

No Brasil, não existe um consenso quanto a forma de elaborar as análises de contingências. As divergências dizem respeito tanto ao número de elementos descritos (apenas termos da tríplice contingência), quanto à especificação da função dos eventos antecedentes (GONDIM, 2013). Tal divergência também se encontra presente na literatura internacional, principalmente ao considerar que, a partir do movimento das três ondas de terapias comportamentais, diversas intervenções desenvolveram seus próprios recursos para montar suas análises (LUCENA-SANTOS; PINTO-GOUVEIA; OLIVEIRA, 2015).

A fim de ilustrar a diversidade de formas de elaborar análises de contingências, serão descritos quatro: o de Costa e Marinho (2002), o de Del Prette (2011), o de Costa ¹, e descrito por Gondim (2013), e de Nery e Fonseca (2018). A escolha por esses modelos se justifica por todos buscarem descrever e padronizar a formulação das análises de contingências, demonstrando não apenas o passo a passo para sua elaboração, como também todos os elementos estruturais que devem estar explicitados.

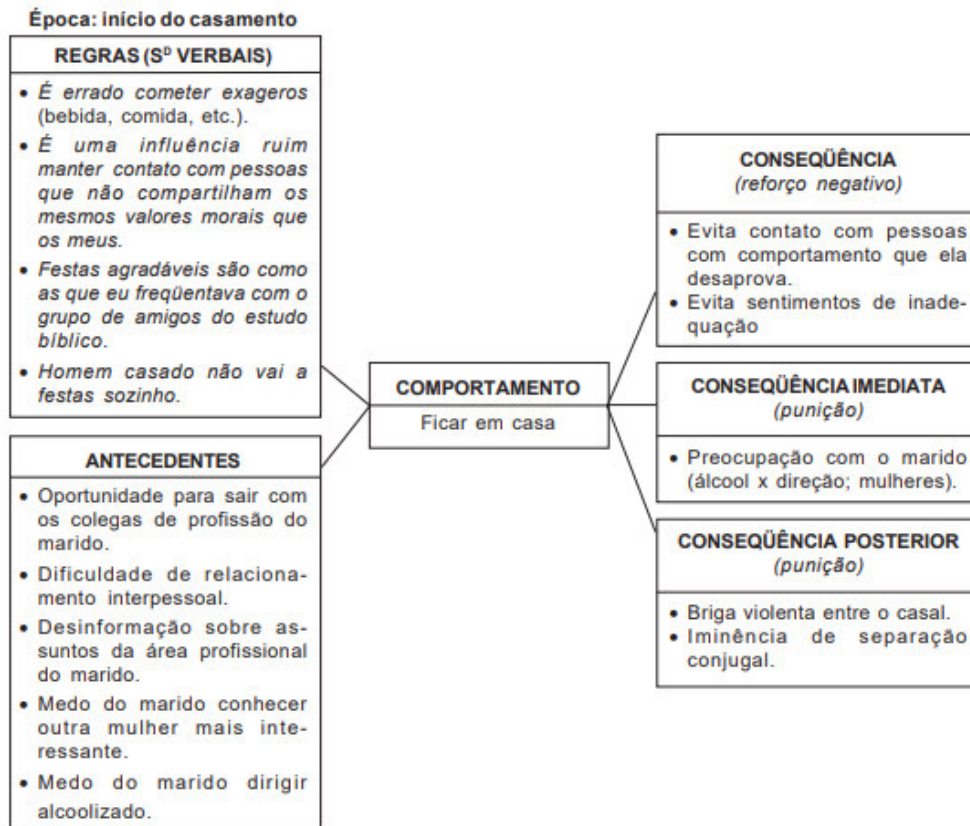
Costa e Marinho (2002) propõem elaborar a análise incluindo os eventos antecedentes, a resposta², consequências imediatas e consequências posteriores. Regras, modelação, modelagem ou generalização podem aparecer nos eventos antecedentes, bem como qualquer outro mecanismo de instalação de respostas. As consequências imediatas e posteriores distinguem-se pela proximidade temporal com a ocorrência da resposta. Nas consequências imediatas, as autoras incluem tanto a descrição do evento ambiental como o princípio comportamental como punição, reforço negativo ou positivo, por exemplo. Como consequências posteriores, da mesma forma, também descrevem o evento ambiental, e o princípio comportamental, com a diferença de que são consequências à longo prazo da emissão da resposta. Segundo Gondim (2013), uma lacuna deste modelo consiste na ausência de classificação da função dos eventos antecedentes, de forma que não há diferenciação entre estímulos discriminativos e operações motivadoras, bem como não distingue as diferentes funções quando ocorre a descrição de mais de um evento relacionado à mesma resposta.

Na Figura 1 pode-se visualizar a proposta de Costa e Marinho (2002):

¹ Este modelo foi desenvolvido no contexto de estágio em clínica analítico-comportamental do Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Maranhão, que foi descrito por Gondim (2013), em um ensaio apresentado para conclusão do estágio supervisionado em clínica analítico-comportamental.

² As autoras usam o termo comportamento e não resposta.

Figura 1 - Análise de contingências da resposta de "ficar em casa".



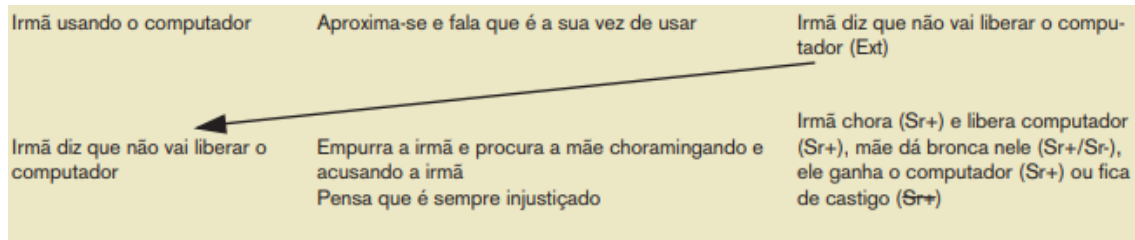
Fonte: Costa e Marinho (2002).

Assim como no modelo de Costa e Marinho (2002), Del Prette (2011) propõe que a análise de contingência deve especificar antecedentes, respostas e consequências. Além disso, a autora acrescenta a possibilidade de um encadeamento de respostas³. Sobre esse acréscimo Gondim (2013) destaca que ele auxilia na construção das macrocontingências, contribuindo para uma compreensão mais ampla de influência entre relações comportamentais. No entanto, essa análise não vai além da tríplice contingência e, a função dos eventos antecedentes também não é especificada.

Na figura a seguir, mostra-se uma análise de contingências elaborada por Del Prette (2011).

³ Por definição, o encadeamento de respostas ocorre quando, o evento consequente de uma determinada resposta atua com a função de evento discriminativo para emissão de outra (GUILHARDI, 2010). Considerando esta noção, Del Prette (2011) utiliza o recurso visual da seta, que irá indicar sempre que isso ocorrer, facilitando a compreensão do leitor quando uma consequência atuar como estímulo discriminativo na tríplice contingência que a segue.

Figura 2 - Análise de contingências das respostas de “falar que é a vez de usar o computador”, “empurrar a irmã e procurar a mãe” e “pensar que é injustiçado”.



Fonte: Del Prette (2011).

Buscando aprimorar a forma de elaborar análises de contingências, Costa propõe os seguintes aspectos, que foram descritos por Gondim (2013) a classificação da resposta como saudável ou problema, que depende do efeito da continuidade da emissão da resposta na vida do cliente, ou seja: respostas que à longo prazo produzem consequências benéficas classificam-se como saudáveis, e àquelas prejudiciais são classificadas como problema; princípio de instalação, evento antecedente (bem como a função de cada um), resposta, consequência imediata (evento e princípio comportamental) e consequência em longo prazo. No princípio de instalação identifica-se os eventos que inicialmente instalaram a classe de respostas analisadas. Nesta categoria podem ser usados os princípios da modelação, modelagem, reforço positivo e negativo, generalização, e regras e autorregras.

O evento antecedente diz respeito às circunstâncias atuais que evocam a resposta, e é necessário não apenas descrever o evento, como também classificá-los. Nessa categoria cabe descrever não apenas estímulos discriminativos e operações motivadoras, como também, caso haja, relações de estímulo condicionais e contextuais. A resposta é a descrição do que o organismo faz (sempre com um verbo no infinitivo). A consequência imediata diz respeito às modificações no ambiente, bem como seus respectivos efeitos no responder (reforçamento positivo, negativo, punição positiva, negativa e extinção). Por fim, a consequência em longo prazo descreve aquilo que provavelmente irá ocorrer se o indivíduo continue emitindo a resposta (GONDIM, 2013).

Na Figura 3 tem-se um exemplo de uma análise de contingência de acordo com a proposta de Costa.

Figura 3 - Análise de contingências de um caso clínico da série "In Treatment".

Tipo	Instalação	Antecedentes	Resposta	Consequências Imediatas	Consequências a Longo Prazo
PROBLEMA	Regra: "Não é certo uma mulher fazer sexo com desconhecidos em bares". R-: fuga e esquiva de possíveis críticas e censuras por parte do terapeuta.	Autorregra com função de OM: "Paul ficaria enojado se soubesse o que eu fiz".	Esquivar-se/fugir da sessão ou do relato (levantar para sair, referir-se a si mesma na história como outra pessoa; pedir para retornar a ligação, sair para vomitar no banheiro).	R-: fuga e esquiva de possíveis críticas e censuras por parte do terapeuta. R+: atenção do terapeuta - sucessivos pedidos de Paul para que ela permaneça, sente-se, deixe a ligação para depois.	Manutenção do padrão de fuga e esquiva.

Fonte: Gondim (2013).

Ao proporem o seu modelo, Nery e Fonseca (2018) apresentam uma descrição minuciosa dos passos necessários para sua formulação. Ao todo são cinco etapas para elaborar análises de contingências, que envolvem a identificação dos antecedentes, da resposta e dos consequentes, bem como a classificação funcional dos processos comportamentais envolvidos. O primeiro passo diz respeito à identificação das respostas, ou seja, atividades do organismo que podem ser tanto públicas quanto encobertas. Para essa identificação é necessário levar em consideração: seleção de respostas de maior valor terapêutico, considerando aspectos específicos de cada caso; evitar a descrição de respostas na negativa, como por exemplo, "não sair de casa" e evitar respostas que não estão sob controle operante (NERY; FONSECA, 2018).

O segundo passo é o da identificação dos antecedentes, ou seja, a ocasião em que a resposta ocorre. Para Nery e Fonseca (2018), os tipos mais comuns de antecedentes são os estímulos discriminativos e as operações motivadoras. Os estímulos discriminativos definem-se como condições que sinalizam maior probabilidade de ocorrência de resposta, dada a sua correlação com o aumento da disponibilidade de determinado estímulo reforçador. Já as operações motivadoras são eventos antecedentes que tem como principal característica, não apenas a possibilidade de evocar a resposta, como também de alterar a efetividade das consequências, sejam elas reforçadoras ou punitivas (MICHAEL, 1983).

No terceiro passo identificam-se as consequências que o responder produz, e no quarto esses eventos são classificados de acordo com o princípio comportamental. Os processos podem ser caracterizados enquanto reforçamento positivo (R+), reforçamento negativo (R-), punição positiva (P+), punição negativa (P-) ou extinção (NERY; FONSECA, 2018). Ressalta-se que uma mesma resposta pode produzir várias consequências, que podem envolver processos comportamentais até mesmo contraditórios entre si.

O quinto e último passo refere-se à identificação de possíveis efeitos ou subprodutos das contingências em vigor. Estes são considerados como efeitos colaterais destas

contingências, e não determinam de maneira direta a ocorrência da resposta no futuro (NERY; FONSECA, 2018). A forma como são percebidos, ou sentidos, pelo indivíduo irá depender dos princípios comportamentais envolvidos.

Na Figura 4 observa-se uma análise de contingências elaborada por Nery e Fonseca (2018)

Figura 4 - Análise de contingências extraída de Nery e Fonseca (2018).

ANTECEDENTES	RESPOSTAS	CONSEQUÊNCIAS	PROCESSOS	EFEITOS
Problemas/ conflitos nos relacionamentos interperssoais	Conversar, aproximar-se, expressar sentimentos e opiniões	Críticas/represálias Os problemas continuam Pouco interesse e pouca atenção das pessoas	P+ P+ Extinção	Tristeza Insegurança Sensação de impotência

Fonte: Nery e Fonseca (2018).

Portanto, identifica-se na proposta a descrição da resposta a ser analisada, eventos ambientais antecedentes (sem classificação do princípio comportamental), evento ambiental consequente, bem com o princípio comportamental envolvido, e a inclusão de uma coluna para descrever o efeito produzido pela contingência sobre o indivíduo. O acréscimo dessa informação pode vir a ser útil ao terapeuta, visto que Skinner (1974/2006) já apontava em sua obra que os eventos privados, ou aquilo que ocorre “dentro da pele”, é um subproduto das contingências vigentes, e ocorrem ao mesmo tempo que os eventos públicos. Assim, a informação pode auxiliar na classificação dos eventos consequentes quando houver quaisquer dúvidas em relação à sua função.

Assim, a partir do que foi exposto, é possível identificar a existência de diferentes maneiras de formular a análise de contingências. Apesar de nenhuma delas ser incompatível entre si, percebe-se ao longo dos anos uma maior quantidade de elementos analisados, bem como a especificação dos eventos antecedentes, como por exemplo no modelo de Costa descrito por Gondim (2013) e pelas contribuições de Nery e Fonseca (2018). Portanto, faz-se necessário identificar na literatura publicada de estudos de caso como as análises tem sido feitas, se estão de acordo com as propostas vigentes na literatura, bem como suas diferenças e aproximações.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Descrever, a partir da revisão de estudos de caso publicados na literatura nacional, como terapeutas analítico-comportamentais formulam a análise de contingência.

3.2 Específico

- Identificar quais elementos compõe as análises;
- Identificar se a formulação da análise de contingências está de acordo com as propostas na literatura nacional;
- Identificar aproximações e distanciamentos dos modelos propostos na literatura nacional;
- Propor um modelo de análises de contingência a partir dos modelos encontrados nos estudos de caso;

4 MÉTODO

4.1 Base documental

Os materiais utilizados foram: estudos de caso que descrevam a formulação de análise de contingências e publicados a partir de 1999 até o ano atual. Justifica-se o recorte temporal considerando a necessidade de avaliar um número significativo de materiais, publicados nos últimos 20 anos.

Foram utilizados dados extraídos a partir de livros que estavam de acordo com os seguintes critérios: livros de análise do comportamento aplicada ao contexto clínico, cujos sumários apresentem pelo menos um capítulo de estudo de caso. Foram incluídos todos os capítulos de base analítico-comportamental, já que de acordo com Costa (2011), é possível encontrar no Brasil diferentes terminologias para se referir à psicoterapia que utiliza como foco para sua intervenção a Análise do Comportamento de Skinner. Foram excluídos capítulos que fizeram referência à abordagens comportamentais que não tem como base a filosofia behaviorista radical, tal como as terapias cognitivo-comportamentais (TCC's). Também foi feita uma busca em uma base específica em Análise do Comportamento, que são os sete volumes do periódico *"Comportamento em Foco"*, publicado desde 2011 pela Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) em substituição à coleção *Sobre "Comportamento e Cognição"*. A sua inclusão foi justificada tendo em vista a relevância dos materiais publicados, já que a coleção reúne os principais trabalhos apresentados nas edições do Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, promovido pela ABPMC. Estes materiais foram os únicos artigos incluídos para revisão neste estudo, tendo em vista o seu enquadramento no recorte temporal desta pesquisa, e pela limitação de tempo disponível para a busca e análise de dados de um trabalho de conclusão de curso. Como critério de inclusão para os artigos contidos nestes volumes, foram utilizados os seguintes descritores: "terapia analítico comportamental", "análise de contingências", "análise funcional" e "estudo de caso".

4.2 Materiais Selecionados

Para a realização desta pesquisa foram selecionados 43 livros e 8 volumes do periódico *Comportamento em Foco*. Os livros e artigos estavam de acordo com os critérios estabelecidos pelo método. Após essa etapa, uma nova triagem foi realizada, a fim de selecionar apenas os

materiais que possuíssem no sumário capítulos cujo tema central sejam o estudo de caso em terapia analítico-comportamental. Após essa análise, restaram 13 livros e dois periódicos, dos quais foram selecionados 31 estudos de caso, sendo 29 capítulos de livro e dois artigos. Feita esta seleção, a próxima etapa envolveu a descrição dos estudos de caso, a partir do (a) título, (b) breve descrição do caso, (c) elementos que compõem a análise e (d) classificação dos elementos e/ou descrições (vide apêndice A). As estruturas de análise de contingência também foram divididas em categorias, que serão descritas nos próximos tópicos.

4.3 Procedimento

Para a seleção dos materiais buscou-se livros que se adequassem aos descritores definidos. Depois da obtenção de todo o material, através da compra dos livros ou do download em formato PDF, foram escolhidos aqueles que possuíam no sumário capítulos com estudo de caso e que descreviam a análise de contingências das respostas analisadas, tal como foi descrito na descrição da base documental.

Realizou-se ainda uma pesquisa na base de dados para os artigos da coleção “Comportamento em Foco” que se enquadravam nos critérios descritos na base documental. Aqueles que possuíam os descritores no título, resumo, e/ou palavras chave foram salvos e lidos.

Após a seleção dos materiais, estes foram lidos e analisados pela pesquisadora a partir dos seguintes aspectos: a forma como as análises de contingências são apresentadas; os elementos contidos nas análises; a descrição desses elementos (como eventos antecedentes, respostas e eventos consequentes), especificando também se foram classificados funcionalmente a partir dos princípios comportamentais envolvidos, bem como quais princípios comportamentais foram mencionados.

Depois desta caracterização, demonstrou-se quantitativamente a frequência com que cada aspecto analisado compareceu, por meio de análise estatística do programa Excel 2013. Por fim, os resultados obtidos foram apresentados, discutidos e articulados com as referências consultadas para o desenvolvimento deste trabalho.

4.4 Categorias

Os estudos de caso foram agrupados em duas categorias de análise de contingências: (a) análises de contingências descritas em formato de texto e (b) análises de contingências

descritas em formato estruturado (tríplice contingência e/ou tabela). Dentro de cada uma dessas classes, as análises foram divididas em quatro subcategorias: (1) a categoria A, em que análises descrevem antecedentes, resposta e consequência, e especificam a função de todos os elementos; (2) a categoria B em que as análises descrevem antecedentes, resposta e consequência, e classificam apenas a função da consequência; (3) a categoria C em que as análises descrevem antecedente, resposta e consequência e classificam apenas a função do antecedente e (4) a categoria D em que análises descrevem antecedentes, resposta e consequência e não classificam a função de nenhum dos elementos.

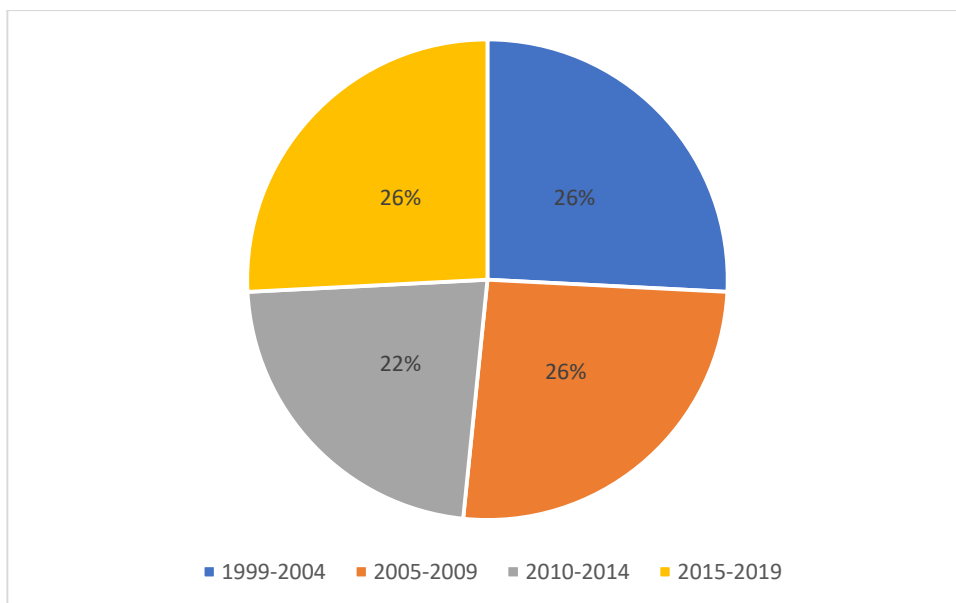
Por fim, quantificou-se a frequência com que cada estudo de caso apresentou encadeamento de respostas e presença ou não de regras e autorregras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do que foi exposto acerca do conceito e da construção das análises de contingências, bem como seu lugar de importância dentro da Terapia Analítico-Comportamental, foi realizada a análise deste estudo a fim de identificar os principais resultados quanto à sua formulação. Após o levantamento de dados de capítulos de livros ou periódicos publicados na “Comportamento em Foco” que abordavam a formulação de análise de contingências, entre os anos 1999 e 2019, obteve-se o total de 31 estudos.

No que se refere à frequência do número de publicações, foi investigado se houve aumento, diminuição ou estabilização dentro da amostra analisada. Para isso, foram criadas categorias, que analisaram esse número em um intervalo a cada cinco anos. A escolha do intervalo se deu pela proporção dos anos pesquisados, 20 no total. De acordo com estas categorias, foi possível identificar que: (1) oito estudos de caso publicados de 1999 à 2004; (2) oito estudos de caso publicados de 2005 à 2009; (3) 7 estudos de caso publicados de 2010 à 2014 e (4) oito estudos de caso publicados de 2015 à 2019. Assim, é possível perceber que, considerando o intervalo de cinco anos, não houve alterações expressivas nas publicações, que se mantiveram em uma frequência estável.

Gráfico 1 - Distribuição das publicações dos estudos de caso em intervalos de cinco em cinco anos.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

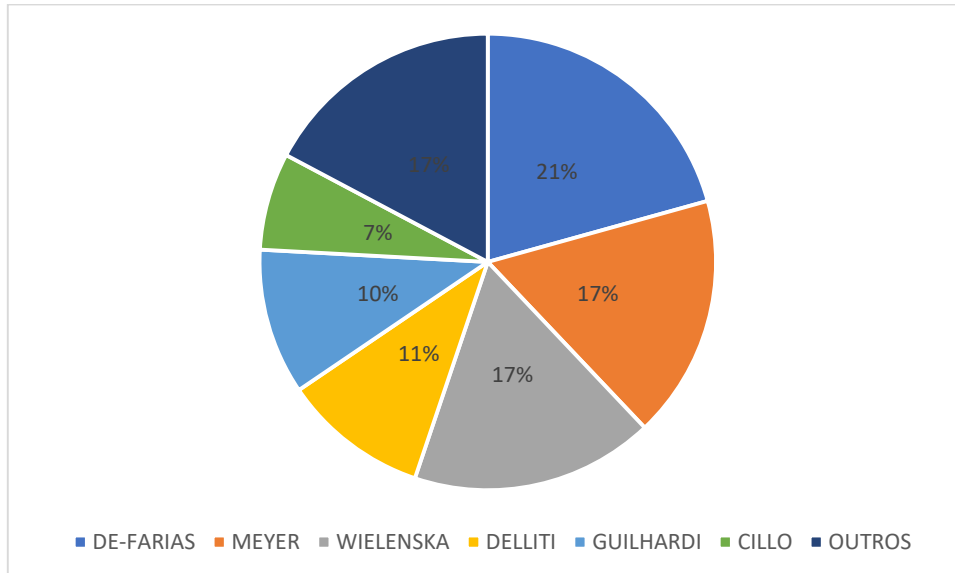
O fato de estas publicações se manterem estáveis pode indicar uma preocupação constata dos analistas do comportamento em fornecer dados e pesquisas que contribuam para o

desenvolvimento do seu ramo clínico. Leonardi (2015) aponta que o principal recurso disponível hoje para os pesquisadores brasileiros demonstrarem seus resultados na clínica se dá pela metodologia dos estudos de caso, já que, outras metodologias, tais como o uso de ensaios clínicos randomizados, necessitam de um rigor científico muito maior, e de recursos que as universidades brasileiras ainda não possuem condições de manter.

Por outro lado, uma hipótese importante de ser ressaltada é que, se não houve um aumento no número de publicações, é possível inferir também que não aconteceu um fomento dentro da área clínica para o desenvolvimento de novas pesquisas, bem como de produção de outros modelos que poderiam contribuir para uma formulação de análise de contingências cada vez mais precisas. Isso impacta diretamente no braço científico da Análise do Comportamento, já que para ser considerado ciência, um saber precisa constantemente avaliar seus resultados a partir de pesquisa (LEONARDI, 2015).

Quanto aos pesquisadores que desenvolveram estes estudos de caso, foi possível identificar os principais nomes nacionais que os publicaram, bem como relacionar os impactos do seu modelo à comunidade de terapeutas analítico comportamentais. A partir dessa avaliação, foram encontrados: (1) seis estudos de caso publicados por De-Farias; (2) cinco estudos de caso publicados por Meyer; (3) cinco estudos de caso publicados por Wielenska; (4) três estudos de caso publicados por Delitti; (5) três estudos de caso publicados por Guilhardi; (6) dois estudos de caso publicados por Cillo e (7) cinco estudos de caso publicados por outros autores que não se repetem. É necessário ressaltar que para esta avaliação foi considerado o nome do primeiro autor, podendo compor a publicação outros colaboradores.

Gráfico 2 - Autores mais produções dentre os trabalhos encontrados.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

A partir dos dados apresentados percebeu-se que a autora com maior frequência de publicação no intervalo de tempo estudado é De-Farias. Esta é uma informação importante considerando que ao longo de suas publicações, é possível perceber uma mudança na forma como a própria autora realiza suas análises. Notou-se que suas publicações iniciais se adequavam mais ao formato de texto, porém, todos seus estudos publicados a partir do ano de 2015 passaram a ser apresentados no formato da tríplice contingência/tabela. Uma hipótese levantada é que a atuação da autora como professora e supervisora clínica no Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento (IBAC) possa ter influenciado na mudança de apresentação das análises de caso, demonstrando uma preocupação com a formação de novos analistas do comportamento, bem como na sua influência para fornecer modelos de análise de estudo de caso para a comunidade acadêmica.

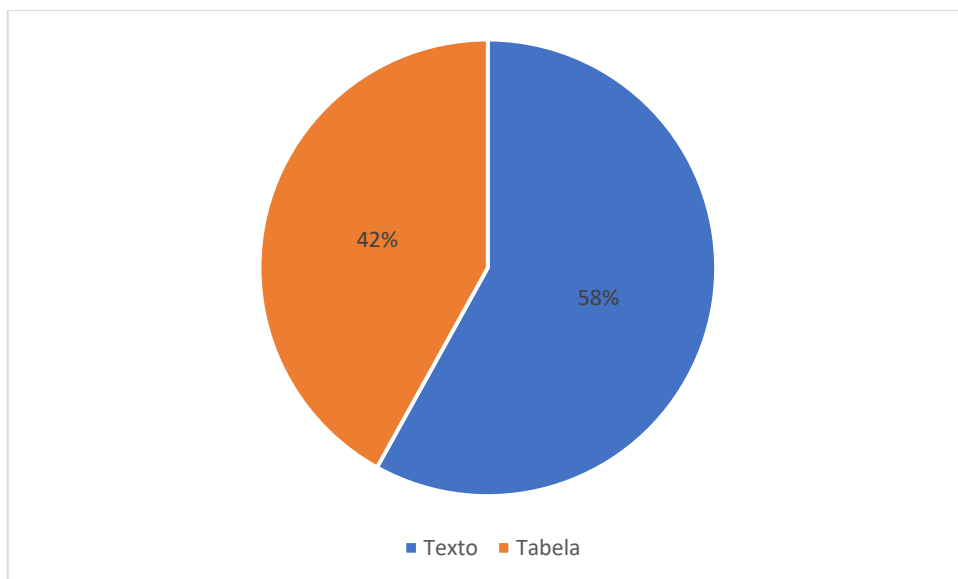
Foi identificado, ainda dentro deste aspecto, que os demais autores que aparecem em maior frequência atuam tanto como terapeutas quanto como professores, seja em universidade ou em instituições privadas de pós-graduação (ex: Paradigma, IBAC, ITCR). Assim, é possível pensar que os terapeutas que se preocupam com a atualização e produção de conhecimento em geral são aqueles que também estão vinculados à instituições de ensino, e portanto estariam preocupados com a formação. Isso poderia acender um alerta, no sentido de que, possivelmente, analistas do comportamento que atuam na clínica e que não atuam como professores, estariam se distanciando das discussões teórico-práticas, o que, de acordo com Toscano, Macchione e

Leonardi (2019) contribui para a dificuldade de transpor conhecimentos teóricos para a prática clínica.

Assim, pode-se inferir que autores com grande número de publicações podem influenciar e fornecer modelos para os demais analistas do comportamento desenvolverem suas publicações dentro da área de estudos de caso, e mudanças nestes modelos podem influenciar o surgimento de novas formulações de análises dentro da terapia analítico-comportamental. Uma hipótese possível diante deste cenário é que, caso mais autores venham a modificar sua forma de descrever as relações comportamentais, daqui há alguns anos o formato de texto possa deixar de ser a forma de apresentação mais encontrada.

Quanto à forma que as análises de contingência foram apresentadas foram encontrados e analisados 13 trabalhos contendo análises de contingências descritas em formato de texto e 18 estudos de caso com análises de contingências estruturadas na tríplice contingência ou em tabela, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Formulação das Análises de Contingências.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

É possível identificar, a partir do exposto, aspectos relevantes que se relacionam com o objetivo deste trabalho, o primeiro diz respeito à forma como as análises de contingência estão sendo apresentadas nos estudos de caso da literatura nacional revisada, impossibilitando classificá-las em um único modelo. Essa observação se relaciona com a afirmação de Gondim (2013), já que de fato é possível perceber diferentes maneiras de formular as análises de contingências, pois mesmo aquelas que são descritas no formato de tabela ou tríplice, apresentam divergências quanto à quantidade de elementos descritos, bem como em quais destes elementos são classificados funcionalmente. Apesar disso, todos os estudos de caso

apresentavam algum tipo de análise das relações comportamentais envolvidas, corroborando com a afirmação de Costa (2002) de que a análise de contingências é uma ferramenta essencial e indispensável para nomear uma intervenção como sendo analítico-comportamental.

Diferente dos modelos propostos por Costa e Marinho (2002), Del Prette (2011), Gondim (2013) e Nery e Fonseca (2018), utilizados como norteadores para o desenvolvimento deste estudo, a maior parte dos dados encontrados apresentam análises de contingências descritas em textos, compondo 58% das amostras analisadas. De acordo com Moraes (2010), quanto mais específica for a descrição dos eventos que se relacionam a emissão de uma resposta, mais preciso será o terapeuta na identificação das variáveis ambientais envolvidas, bem como no planejamento da intervenção adequada. É possível perceber nas análises de contingências apresentadas no formato de texto uma maior quantidade de detalhes na sua descrição, tanto o contexto ambiental quanto as respostas emitidas e suas respectivas consequências.

Contudo, Ulian (2007) aponta em seu estudo a importância da organização das análises de contingências no formato de tríplice (antecedente, resposta e consequência), tanto para fins de ensino, ao longo da graduação e do estágio, quanto para fins de aplicação e replicações de em pesquisa. A partir deste ponto de vista, o dado poderia sinalizar um alerta à comunidade acadêmica, já que apenas 45% dos estudos de caso analisados apresentam este formato.

Além disso, essa informação corrobora com o problema sinalizado por Leonardi (2015), de que existe atualmente uma dificuldade em sistematizar o modelo de intervenção da psicoterapia analítico-comportamental, já que os seus processos ainda não estão bem descritos. Apesar de já ser possível identificar em diversas publicações, tais como Costa (2002) e Meyer (2004), os procedimentos necessários para caracterizar uma intervenção como analítico-comportamental, ainda não é claro na literatura nacional qual seria o método mais adequado para formular sua principal ferramenta: a análise de contingências. Assim, a sistematização deste recurso poderia auxiliar neste processo, por conta de sua objetividade, no entanto, a ausência de um padrão ainda se coloca como um empecilho.

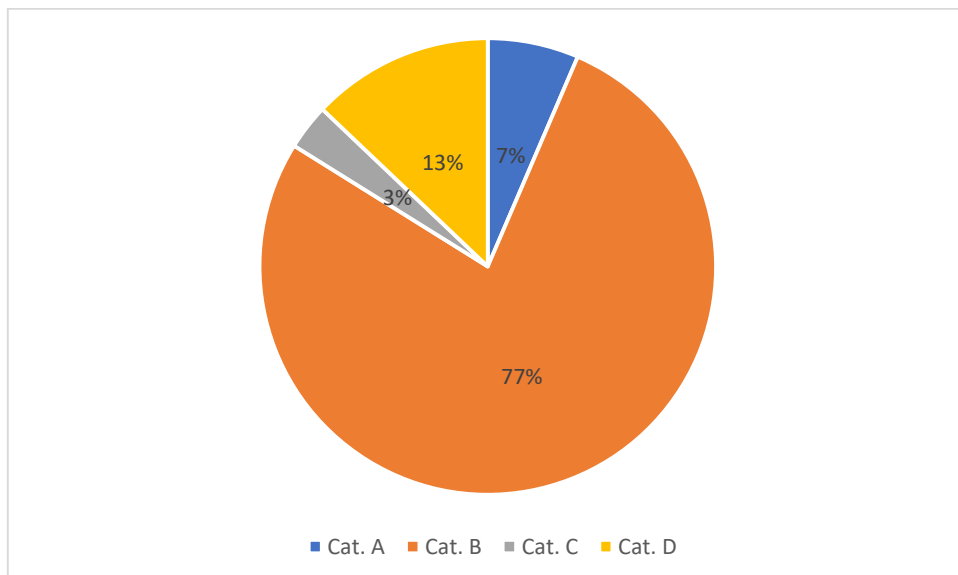
No que se refere à composição dos elementos descritos, percebeu-se que todas as análises se adequam à proposta skinneriana de identificar a relação entre as respostas e as variáveis externas às quais ele é função, visto que em todos os estudos de caso os antecedentes, respostas e consequências foram descritos (SKINNER, 1953/2003). Este dado vai ao encontro da visão externalista de Skinner, a qual afirma que o comportamento é uma relação de eventos ambientais e eventos comportamentais (SKINNER, 2006). Contudo, cabe destacar que, apesar de todas as estruturas estarem descritas corretamente de acordo com a definição, no que se

refere à classificação funcional dos elementos não foi encontrada uma regularidade, visto que, assim como será discutido posteriormente, nem todos os elementos das análises de contingência possuíam a sua função especificada.

Dessa forma, os estudos de caso foram analisados levando em consideração não apenas os elementos descritos na análise de contingências, como também a classificação funcional deles. Os estudos de caso foram examinados primeiramente em sua totalidade (gráfico 4) e em seguida nas categorias texto (gráfico 5) e tabela/tríplice contingência (gráfico 6).

Em relação ao número total de estudos de caso foi possível identifica: (1) dois estudos de caso possuem análises que descrevem antecedentes, resposta e consequência, e especificam a função de todos os elementos, compondo a categoria A; (2) 24 estudos de caso possuem análises que descrevem antecedentes, resposta e consequência, e classificam apenas a função da consequência, compondo a categoria B; (3) um estudo de caso em que as análises descrevem antecedente, resposta e consequência e classificam apenas a função do antecedente, compondo a categoria C e (4) quatro estudos de caso em que as análises que descrevem antecedentes, resposta e consequência e não classificam a função de nenhum dos elementos, compondo a categoria D.

Gráfico 4 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas e classificadas funcionalmente.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Uma hipótese possível para este cenário diz respeito ao fato de que os estudos de caso são utilizados como recurso para outros analistas do comportamento estudarem e aprimorarem sua prática (MORAES, 2010). Assim, ao escreverem para uma comunidade de analistas do

comportamento, que conhecem e dominam estes conceitos, por vezes é possível achar repetitivo o detalhamento e especificação de cada função envolvida nas relações comportamentais. Entretanto, do ponto de vista teórico e epistemológico, deixar de explicitar este recurso iria de encontro à definição fundamental de descrever relações funcionais.

Por outro lado, ao compreender que todo analista do comportamento inicialmente precisou passar por uma graduação de psicologia, é necessário mais uma vez recorrer aos problemas apontados por Ulian (2007), de que se não há treinos das relações funcionais, e considerando que as habilidades terapêuticas são treinadas ao longo da graduação (ABREU-MOTTA; DE-FARIAS; COELHO, 2010), é um problema para a comunidade de terapeutas analítico-comportamentais formar profissionais com déficit de identificação desse tipo de relação, já que teriam implicações diretas na prática clínica, como por exemplo, uma defasagem na formulação comportamental do caso clínico (FONSECA; NERY, 2018).

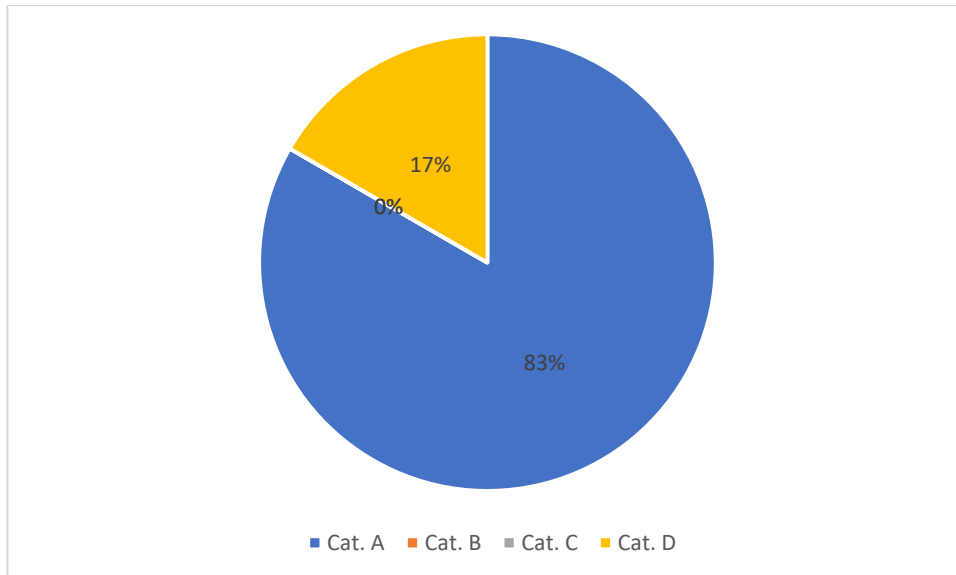
Sobre este aspecto, Toscano, Macchione e Leonardi (2019) acrescentam que, a dificuldade de explicitar relações funcionais entre eventos pode evidenciar a complexidade que envolve transpor conceitos desenvolvidos em laboratório (a partir da Análise Experimental do Comportamento) para o contexto clínico. Os autores defendem que mais estudos na área aplicada poderiam desenvolver melhores estratégias para utilizar estes conceitos, bem como promover análises de contingências mais completas do ponto de vista teórico.

Cabe destacar ainda que 77% dos estudos de caso classificaram funcionalmente apenas a consequência. Essa informação pode estar ligada à própria centralidade que é dada à consequência dentro da proposta skinneriana. Ao propor que a frequência de emissão de uma resposta é selecionada a partir de suas consequências, Skinner (1981) sinaliza a importância de identificar a função de uma resposta a partir dos seus efeitos reforçadores ou punitivos. Assim, ao formular um caso clínico dentro do contexto terapêutico, é esperado que o terapeuta analítico-comportamental consiga identificar com a maior precisão de detalhes possível os efeitos que os comportamentos de seus clientes produzem no ambiente, a fim de planejar intervenções eficazes para aumentar ou diminuir a frequência de resposta.

No que se refere a categoria de análises de contingência descritas em formato de texto, foi possível identificar que: (1) nenhuma das análises descrevia os três elementos e classificava funcionalmente todos os elementos, portanto sem análises para compor a categoria A; (2) 15 descreviam os três elementos da contingência, e classificavam apenas a função da consequência, compondo a categoria B; (3) nenhum estudo de caso que descreva antecedente, resposta e consequência e classifique apenas a função do antecedente, portanto sem análises

para compor a categoria C e (4) três análises descreveram todos os elementos e não classificaram funcionalmente nenhum dos elementos, compondo a categoria D.

Gráfico 5 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas em formato de texto.

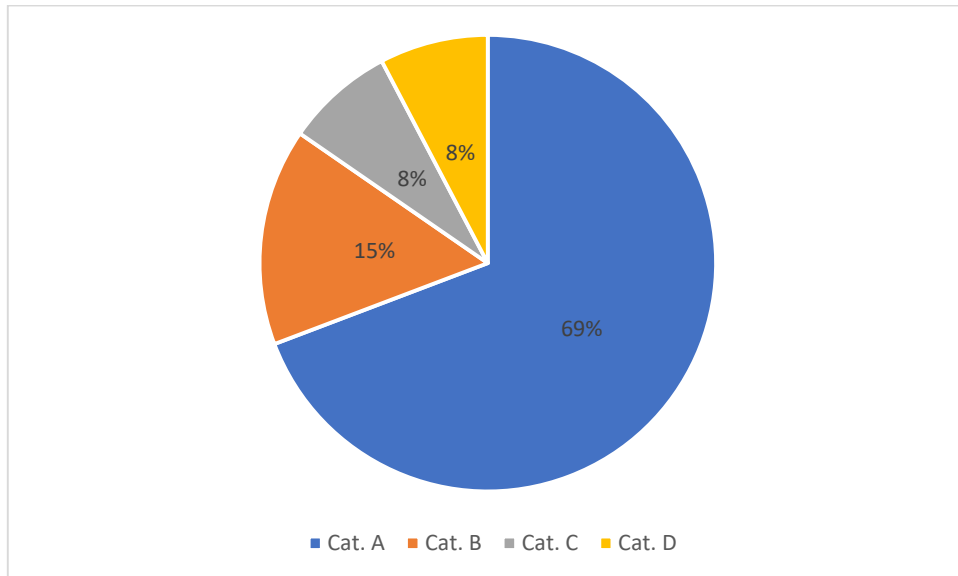


Fonte: elaborado pela autora (2019).

Um dado relevante a ser discutido nesse aspecto diz respeito ao fato de não haver, dentro das análises em formato de texto, nenhuma análise em que todos os elementos tenham sido classificados funcionalmente. Assim como foi discutido anteriormente, essas lacunas podem comprometer tanto a tomada de decisão clínica, delineamento da intervenção e avaliação e redirecionamento do tratamento. Isso se torna ainda mais relevante visto que o formato de texto é aquele que mais compareceu na revisão da literatura (ZAMIGNANI, 2016).

Em relação a categoria de tríplice contingência ou tabela, foi identificado que: (1) duas análises descreviam os três elementos e classificam a função de todos os elementos compondo a categoria A (2) nove análises descreviam os três elementos, mas só classificavam a função da consequência, compondo a categoria B; (3) um estudo de caso cujas análises descreviam os três elementos e classificava apenas a função do antecedente, compondo a categoria C e (4) uma análise que descreveu todos os elementos, mas não os classificou funcionalmente, compondo a categoria D.

Gráfico 6 - Apresentação dos elementos das contingências analisadas em formato de tríplex contingência.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Foi possível identificar que, diferente do que ocorreu com as análises de contingência em formato de texto, nessa aparece um percentual de 15% dos estudos de caso que não apenas descreve todos os elementos, como também classifica todos funcionalmente. Uma possível justificativa se deve ao fato de que, nas análises descritas em texto, são apresentadas informações mais detalhadas quanto ao ambiente no qual a resposta é emitida, diferente do que ocorre nas tríplexes, que descrevem mais brevemente o contexto ambiental. Assim, a partir da limitação do número de informações, seria ainda mais relevante especificar qual a função do evento ambiental antecedente, visto que essa informação não estaria intrínseca à sua descrição. No entanto, para confirmar esta hipótese, um levantamento mais aprofundado sobre essa questão deve ser feito.

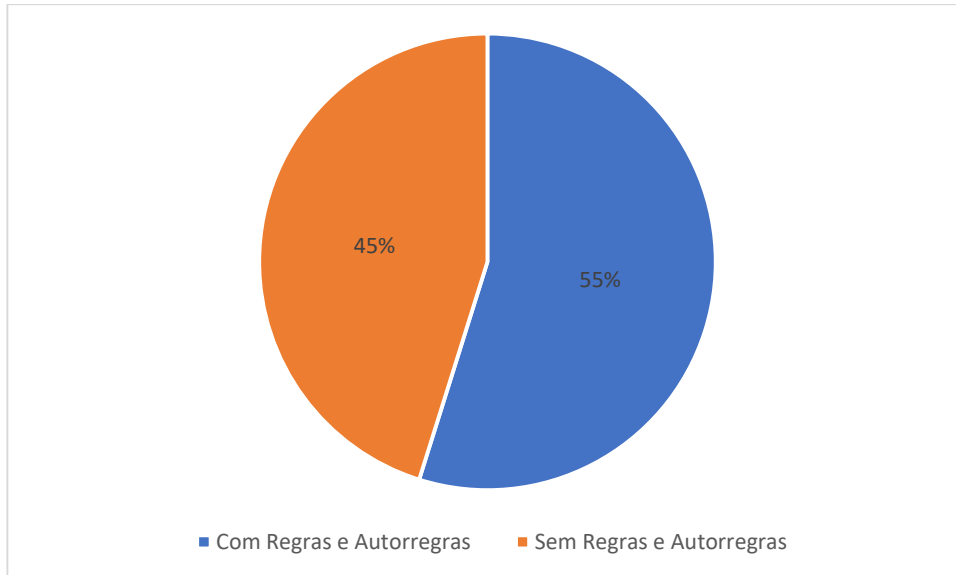
Outro dado relevante dentro deste aspecto diz respeito à classe de antecedentes que comparece nas análises que fazem a classificação funcional de todos os elementos. Todos os antecedentes que foram classificados apresentavam operações motivadoras. Dessa forma, é possível levantar a hipótese de que, diante de antecedentes que não são apenas estímulos discriminativos (Sd), os autores avaliam a necessidade de explicitar essa classificação.

Dentre os elementos que compõem as análises, identificou-se também a ocorrência de regras e autorregras nos estudos de caso presentes na amostra. Essa informação foi buscada considerando o fato de que grande parte do repertório comportamental que as pessoas

apresentam não é adquirido através de um histórico de exposição às contingências, mas por meio de descrições verbais que as especificam (CASTANHEIRA, 2001).

Assim, percebeu-se que 55% dos casos clínicos apresentavam regras e/ou autorregras, e 45% não apresentavam.

Gráfico 7 - A frequência de regras e autorregras analisadas nos estudos encontrados.



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Identificar esses dados no contexto clínico mostra-se relevante tanto ao considerar que as regras e autorregras se relacionam com a manutenção de comportamentos problema do cliente, quanto na necessidade do terapeuta de identificar em quais momentos é adequado fornecer regras ao cliente ou quando sua emissão pode vir a reforçar um repertório comportamental pouco flexível (SKINNER 1969/1984). Medeiros (2010) acrescenta ainda que existem poucos casos nos quais seriam cabíveis ao terapeuta descrever uma regra para seu cliente, sendo o seu principal objetivo ensiná-lo a fazer suas próprias análises funcionais. Contextos como atendimentos com número reduzido de sessões e comportamentos que ofereçam risco ao cliente ou à terceiros podem exigir intervenções rápidas que façam uso de regras.

Assim, ao identificar que mais da metade dos casos clínicos apresentam a descrição das regras e autorregras envolvidas na emissão das respostas dos clientes, é possível inferir que existe um cuidado por parte dos terapeutas analítico-comportamentais em identificar como esses eventos influenciam no comportamento dos clientes. Contudo, é importante ressaltar que ainda existe 45% dos estudos de caso que não faz nenhuma referência a presença de regras ou autorregras envolvidas nos comportamentos-problema do cliente, o que ainda pode ser considerada uma porcentagem expressiva considerando o número total da amostra. Esse dado

pode ser contraditório ao considerar que, culturalmente, os seres humanos são constantemente expostos à um grande número de regras sociais, e que boa parte do seu repertório comportamental é desenvolvido através destas instruções e não pela experiência propriamente dita (BAUM, 2006).

Portanto, cabe um alerta à necessidade de formulação de perguntas na entrevista clínica que possam identificar estes elementos, a fim de permitir a obtenção de informações importantes para a formulação de caso e para o planejamento da intervenção, bem como identificar se seria terapêutico ou prejudicial utilizar o recurso das regras na clínica.

Quanto à presença de encadeamento de respostas nos estudos de caso pesquisados observou-se que nenhum deles apresentou análises com esta característica. Essa informação corrobora com a afirmação de Toscano, Macchione e Leornadi (2019) de que a maior parte dos estudos de caso publicados nacionalmente adotam como parâmetro unicamente a contingência de três termos.

Este é um dado que se contrapõe a duas propostas de modelos de análise de contingências apresentados na fundamentação teórica, visto que tanto o modelo de Del Prette (2011) quanto de Costa apresentado por Gondim (2011) propõem o encadeamento como uma alternativa de melhor descrição da relação dos eventos comportamentais.

A ausência do encadeamento de resposta pode indicar tanto uma falta de aprofundamento dos analistas do comportamento neste conceito quanto a necessidade de questionar se a sua descrição interfere ou não na análise de estudos de caso e no planejamento do manejo clínico. Contudo, considerando a expressividade de pesquisas relacionadas ao tema dentro do campo da pesquisa básica, seria superficial afirmar que os analistas do comportamento não produzem conhecimento dentro do campo do encadeamento de respostas (GUILHARDI, 2010)

Quanto à sua expressividade na clínica, é possível retomar à informação trazida por Moraes (2010) de que os estudos de caso são uma ferramenta voltada para analistas do comportamento, que escrevem diretamente para outros analistas do comportamento. Assim uma hipótese é que a ideia de que existe uma cadeia comportamental, de forma que a consequência de uma resposta pode atuar como estímulo discriminativo para a emissão de outra pode ser considerada uma informação redundante. Além disso, a maior porcentagem de análises de contingência descritas em formato de texto limita a demonstração desse encadeamento a partir de recursos gráficos, tal como a seta proposta por Del Prette (2011).

Por fim, este trabalho também se compromete a discutir um possível modelo para a apresentação de análises de contingência. A diversidade de formatos e a história pessoal de

aprendizagem de cada um dos terapeutas analíticos-comportamentais influencia diretamente em como estes dados foram apresentados. Contudo foi possível perceber alguns benefícios do fornecimento de modelos, seja para fins didáticos, quanto para fins de pesquisa.

Assim, para propor um modelo que fosse mais completo do ponto de vista funcional, identificou-se os estudos de caso cujas análises de contingência apresentam: a descrição de todos os elementos da contingência; a classificação funcional de todos os elementos e a presença de regras ou autorregras. Ambos os casos são publicações de De-Farias, Fonseca e Nery (2018). A formulação deste autores é apresentada no formato de tríplice/tabela, nas quais descreve: eventos ambientais antecedentes, e sua classificação como estímulo discriminativo ou operação motivadora; resposta emitida; consequência da resposta e sua função como reforçadora ou aversiva e também a frequência com a qual a resposta estava sendo emitida, ou seja, se estava aumentando ou diminuindo. Este modelo se adequa à proposta de Nery e Fonseca (2018), apresentada na fundamentação teórica deste trabalho.

Segundo Nery e Fonseca (2018) estes seriam dados imprescindíveis para a formulação de caso na clínica analítico comportamental, já que permite identificar: o que ocorre, quando e em que condições ocorre, o que produz no ambiente e qual sua probabilidade de voltar a ocorrer. Estas informações estão presentes em todas as análises de contingência que se adequam teórica e metodologicamente à proposta analítico-comportamental, contudo ao ser desenvolvida em formato de quadro por Nery e Fonseca (2018) é possível identificar de maneira mais didática todos esses elementos, bem como replicar seu procedimento em pesquisas futuras, já que as autoras descreveram o seu método no capítulo de livro no qual a proposta é apresentada.

Um acréscimo que poderia ser feito neste modelo diz respeito à inclusão da proposta de Del Prette (2011) de sinalização do encadeamento de respostas através das setas, já que esta foi uma lacuna em todos os estudos de caso revisados neste estudo. Assim como discutido no marco teórico, explicitar essas relações pode gerar ganhos principalmente na construção de macrocontingências e para uma ampla compreensão da influência entre relações comportamentais (GONDIM, 2013).

6 CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, tinha-se como principal objetivo descrever, a partir da revisão de estudos de caso publicados na literatura nacional, como terapeutas analítico-comportamentais formulam a análise de contingências. Tal objetivo foi atingido a partir de uma análise minuciosa tanto da forma, quanto dos elementos que compõem as análises, bem como quais deles são classificados funcionalmente.

Essa descrição permitiu confirmar a hipótese de que, no Brasil, ainda não é possível apontar um único modelo padrão para formular análises de contingências. Foram identificados dois grandes grupos, mas sempre considerando que cada um deles possui suas diferenças e também seus pontos de encontro. Foi percebido dentre estes, uma possibilidade de modelo mais completo do ponto de vista funcional, contudo sua disseminação depende de inúmeras variáveis, como maior incentivo de pesquisas dentro da área, mais discussão deste conteúdo nos ambientes acadêmicos e, principalmente, mais publicações para promover a formulação de novos modelos.

Os dados encontrados também corroboram com a pesquisa de Toscano, Macchione e Leonardi (2019), na qual afirmam que não é uma tarefa simples fazer a transposição do conhecimento aplicado para o ramo clínico. Através do estudo do conteúdo das análises de contingência, suas conclusões apontaram a necessidade do investimento em pesquisas que possam promover tanto um refinamento teórico, quanto aplicações práticas que se adequem à um rigor metodológico. Já no presente estudo analisou-se, principalmente, o formato das análises e suas relações funcionais, e a conclusão de que uma maioria expressiva de análises de contingência que não classificam essas relações demonstra uma lacuna do ponto de vista teórico-metodológico.

Ressalta-se ainda que esta pesquisa possuiu algumas limitações tal como a pesquisa de Toscano, Macchione e Leonardi (2019), principalmente no que diz respeito aos aspectos metodológicos e temporais. Metodologicamente, os autores afirmam que ainda não existe uma metodologia para realizar este tipo de revisão bibliográfica, já que envolve a análise de uma ferramenta que é exclusiva à Análise do Comportamento (TOSCANO; MACCHIONE; LEONARDI, 2019). Essa ausência foi percebida através da necessidade da criação de categorias de análise para que os resultados fossem obtidos, que podem ser questionadas ou mesmo reformuladas em uma replicação desta pesquisa.

No que se refere à limitação temporal, foi necessário fazer um recorte quanto à utilização de materiais, visto que não seria possível revisar todas as bases de artigos disponíveis

na rede, por conta do volume de publicações. Assim, uma replicação do estudo com ampliação da amostra, poderia fornecer resultados ainda mais aprofundados dentro dos objetivos estabelecidos.

Deixa-se então como sugestão o desenvolvimento de pesquisas que possam analisar uma amostra cada vez maior de livros e artigos, acompanhar a modificação da formulação de análises de contingências ao longo dos anos, bem como fornecer material base para a implementação de estudos aplicados no contexto clínico.

REFERÊNCIAS

- ABREU-MOTTA, H. O., DE-FARIAS, A. K. C. R., COELHO, C. **Habilidades terapêuticas: é possível treiná-las?** IN: DE-FARIAS, A.K.C.R et al. *Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BORGES, N. B. et al. **Comportamento em Foco (v. 4)**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC, 2014.
- BORGES, N. B., CASSAS, F. A. **Clínica Analítico-Comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BRANDÃO, M. Z. S. et al. **Sobre Comportamento e Cognição: estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas v. 14**. São Paulo: ESETec, 2004.
- CARVALHO NETO, M. B. *Análise do Comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento*. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 13-18, 2002.
- CARRARA, K. **Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica**. São Paulo: Editora UNESP, 339 p. 1998.
- CASTANHEIRA, S. S. Regras e aprendizagem por contingências: sempre e em todo o lugar. In: GUILHARDI, H. J. MADI, M. B. B. P., QUEIROZ, P. P., SCOZ, M. C. **Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade**. Santo André, São Paulo: Ed ESETEC, v. 7, 2001.
- CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- CILLO, E.N., SANTOS, M. R. M. **Ciência do Comportamento: conhecer e avançar (v.6)**. São Paulo: ESETec, 2007.
- COSTA, C.E. et al. **Comportamento em Foco (v. 2)**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC, 2013.
- COSTA, N. O surgimento de diferentes denominações para a terapia comportamental no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 13, n. 2, p. 46-57, 2011.
- COSTA, N. **Terapia analítico-comportamental: dos fundamentos filosóficos à relação com o modelo cognitivista**. Santo André: 2002.
- COSTA, S. E. G. C.; MARINHO, M. L. Um modelo de apresentação de análise funcionais do comportamento. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v.19, n. 3, p. 43-54, 2002.
- CRUVINEL, A.C.; DIAS, A. L. F.; CILLO, E.N. **Ciência do Comportamento: conhecer e avançar (v.4)**. São Paulo: ESETec, 2004.

- DE-FARIAS, A.K.C.R et al. **Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DE-FARIAS, AK.C.R., FONSECA, F. N, NERY, L. B. **Teoria e Formulação de Caso em Análise Comportamental Clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2018.
- DEL PRETTE, G. Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 53-71, 2011.
- DEL PRETTE, G.; ALMEIDA, T. A. C.O uso de técnicas na clínica analítico-comportamental. In: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos.** Porto Alegre: Artmed, 2012.
- DELITTI, M. **Sobre Comportamento e Cognição: a prática da Análise do Comportamento e da Terapia Cognitivo-Comportamental (v.2).** São Paulo: ARBytes Editora, 1999.
- DIAS, A. L. F. et al, 2009. **Ciência do Comportamento: conhecer e avançar (v.7).** São Paulo: ESETec, 2009.
- FONSECA, F. N., NERY, L. B. Formulação comportamental ou diagnóstico comportamental: um passo a passo. . In: DE-FARIAS, A. K. C. R.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. (Orgs.). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2018.
- GARCIA, M. R..**Sobre Comportamento e Cognição: análise experimental do comportamento, cultura, questões conceituais e filosóficas (v. 27).** São Paulo: ESETec, 2010.
- GONDIM, L. M. L. **Modelo de análise de contingências: uma possibilidade de estruturação e contribuição para terapeutas iniciantes.** Manuscrito não publicado, 2013.
- GUILHARDI, H. J. et al. **Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade (v. 7).** São Paulo: ESETec, 2001.
- GUILHARDI, H. J. et al. **Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade (v. 8).** São Paulo: ESETec, 2001.
- GUILHARDI, H. J. Tudo se deve às consequências. **Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento**, 2003.
- HAYES, S. Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. **Behavior Therapy**, 35, 2004, p. 639-665,
- LAURENTI, C.; LOPES, C. E. Uma explicação não-causal do comportamento no behaviorismo radical. **Acta Comportamentalia**, v. 16, n. 3, p. 379-397, 2008.
- LEONARDI, J. L. O lugar da terapia analítico-comportamental no cenário internacional das terapias comportamentais: um panorama histórico. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 6, n. 2, p. 119-131, 2015.

- LEONARDI, J. L. **Prática baseada em evidências em psicologia e a eficácia da análise do comportamento clínica**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LEONARDI, J. L., MEYER, S. B. Evidências de eficácia e o excesso de confiança translacional da análise do comportamento clínica. **Temas psicol.**, vol.24, n.4, 2016.
- LEONARDI, J. L., MEYER, S. B.. Prática Baseada em Evidências em Psicologia e a História da Busca pelas Provas Empíricas da Eficácia das Psicoterapias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1139-1156, 2015.
- LUCENA-SANTOS, L.P.; PINTO-GOUVEIA, J.P.; OLIVEIRA, M.S. **Terapias comportamentais de terceira geração: guia para profissionais**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.
- MARÇAL, J. V. S. Behaviorismo Radical e Prática Clínica. IN: DE-FARIAS, A.K.C.R et al. **Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MARMO, A. A que eventos o clínico analítico-comportamental deve estar atento nos encontros iniciais? In: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- MARTIN, G.; PEAR, J. **Modificação do comportamento: o que é e como fazer**. 8 ed. São Paulo: Roca, 2009.
- MEDEIROS, C. A. Comportamento governado por regras na clínica-comportamental: algumas considerações. IN: DE-FARIAS, A.K.C.R et al. **Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MEYER, S. B et al. Análise do comportamento e Terapia Analítico-comportamental. In: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. (Orgs.). **Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Editora Roca, 2010.
- MEYER, S. B. et al. **Terapia Analítico-Comportamental: Relatos de Casos e de Análises**. São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia, 2015.
- MEYER, S. B. O conceito de análise funcional. In: DELITTI, M. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. São Paulo: ARBytes Editora, 1997.
- MEYER, S. B. Processos comportamentais na psicoterapia. In: CRUVINEL, A. C.; DIAS, A. L. F.; CILLO, E. N. D. **Ciência do comportamento: conhecer e avançar**. Santo André: ESETec, 2004.
- MICHAEL, J. Distinguishing between discriminative and motivational functions of stimuli. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v.37, n. 1, p. 149-155, 1983.
- MOREIRA, M. B.; HANNA, E. S. Bases filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. In: HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. D. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NENO, S. Análise funcional: definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 151-165, 2003.

NERY, L. B.; FONSECA, F. N. Análises funcionais moleculares e molares: um passo a passo. In: DE-FARIAS, A. K. C. R.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. (Orgs.). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

QUINTA, N. C. C. Reflexões sobre o estabelecimento de objetivos terapêuticos na clínica analítico-comportamental. In: DE-FARIAS, A. K. C. R.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. (Orgs.). **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Contingências do Reforço: Uma análise teórica**. In: Pavlov-Skinner da Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, v. 213, n. 4507, p. 501-504, 1981.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SKINNER, B. F. **The behavior of Organisms: an experimental analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1938.

TOSCANO, M. P., MACCHIONE, A. C., LEONARDI, J. L. O uso da análise funcional na literatura brasileira de terapia comportamental: uma revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 10, n. 1, p. 098-113, 2019.

TOURINHO, E. Z. A produção de conhecimento em psicologia: a Análise do Comportamento. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, p. 30-41, 2003.

TOURINHO, E. Z. Estudos conceituais na análise do comportamento. **Temas em Psicologia da SBP**, v.7, n.3, 213-222, 1999.

TOURINHO, E. Z. **O autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner**. Belém: Editora Universitária, 1995.

TOURINHO, E. Z.; CAVALCANTE, S. N. Porque terapia analítico-comportamental? **Boletim Informativo da Associação Brasileira de Medicina e Psicologia Comportamental**, n. 23, 2001.

ULIAN, A. L. A. O. **Uma sistematização da prática do terapeuta analítico-comportamental: subsídios para para formação**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VANDENBERGHE, L. A prática e as implicações da análise funcional. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35-45, 2002.

VANDENBERGHE, L. Terceira onda e terapia analítico-comportamental: um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos? **Boletim Contexto**, n. 34, 2011.

WIELENSKA, R. C. O papel da relação terapeuta-cliente para adesão ao tratamento e mudança comportamental. IN: **Clínica Analítico-Comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

WIELENSKA, R. C..**Sobre Comportamento e Cognição: desafios, soluções e questionamentos** (v. 23). São Paulo: ESETec, 2009.

WIELENSKA, R. C..**Sobre Comportamento e Cognição: desafios, soluções e questionamentos** (v. 24). São Paulo: ESETec, 2010.

WIELENSKA, R. C. O papel da relação terapeuta-cliente para a adesão ao tratamento e à mudança comportamental. In: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ZAMIGNANI, D. R. et al. Terapia Analítico Comportamental. In: RODRIGUES JUNIOR, O. M. (Org.) **Práticas das Psicologia Comportamentais no Brasil**. São Paulo: ALAMOC, 2016.

APÊNDICES

N	REFERÊNCIA	BREVE DESCRIÇÃO DO CASO	FORMA DE APRESENTAÇÃO	CONTEÚDO	CLASSIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS
1	(MEYER et al, 2015)	<p>Título: Caso Roberta</p> <p>Queixa: queixa de insônia, dificuldades para se relacionar com pessoas e de manejar a raiva</p> <p>Diagnóstico: Transtorno da Personalidade Borderline</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 45 anos</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

2	(MEYER et al, 2015)	<p>Título: Caso Regina</p> <p>Queixa: problemas de relacionamentos interpessoais</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Personalidade Boderline</p> <p>Sexo: Feminino.</p> <p>Idade: 32 anos</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
3	MEYER et al, 2015)	<p>Título: Caso Rafael</p> <p>Queixa: problemas de relacionamentos interpessoais</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 20 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

4	MEYER et al, 2015)	<p>Título: Caso João</p> <p>Queixa: comportamento sexual considerado inadequado.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 31 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Não classifica a função de todas as consequências. É possível encontrar análises sem a especificação da função da consequência.</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
5	MEYER et al, 2015)	<p>Título: Caso José</p> <p>Queixa: crises de nervosismo, que envolvem torcer as mãos, chutar objetos e chorar muito.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Masculino</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função de todas as consequências.</p> <p>Apresenta regras, mas não autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		Idade: 4 anos.			
6	(DE-FARIAS et al, 2010)	<p>Título: Um estudo de caso em terapia analítico-comportamental: construção do diagnóstico a partir do relato verbal e da descrição da diversidade de estratégias interventivas.</p> <p>Queixa: choro recorrente, crises depressivas e ansiosas e histórico de abuso sexual.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		<p>Diagnóstico: Transtorno Depressivo Maior.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 30 anos.</p>			
7	(DE-FARIAS et al, 2010)	<p>Título: Comportamento governado por regras: um estudo de caso.</p> <p>Queixa: mudanças de humor recorrentes, histórico de depressão.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno Bipolar</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 22 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

8	(DE-FARIAS et al, 2010)	<p>Título: Intervenções comportamentais em uma paciente com insônia crônica</p> <p>Queixa: insônia.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 54 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras ou autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

9	(DE-FARIA, A. K.C.R.; FONSECA, F.N.; NERY, L. B., 2018)	<p>Título: Intervenções comportamentais em uma paciente com insônia crônica</p> <p>Queixa: diagnóstico de depressão, histórico de abuso sexual, recorrentes tentativas de suicídio e comportamentos autolesivos.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno Depressivo Maior</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 20 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Classifica a função dos eventos antecedentes apenas na presença de Operações Motivadoras.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
---	---	---	--	--	---

10	(DE-FARIA, A. K.C.R.; FONSECA, F.N.; NERY, L. B., 2018)	<p>Título: Análise funcional de um caso de transtorno bipolar</p> <p>Queixa: comportamento autolesivos, episódios de compulsão alimentar e alterações de humor.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno Bipolar</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: não especificada.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	---	---	---	---	---

11	(DE-FARIA, A. K.C.R.; FONSECA, F.N.; NERY, L. B., 2018)	<p>Título: Análise comportamental clínica na modalidade on-line: possibilidades e desafios em um caso clínico</p> <p>Queixa: histórico de sintomas de ansiedade e depressão, como humor deprimido e perda de interesse em atividades anteriormente prazerosas</p> <p>Diagnóstico: Transtorno Depressivo Maior</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 29 anos</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência. Também é acrescentada uma coluna que descreve a frequência de ocorrência da resposta.</p>	<p>Classifica a função dos eventos antecedentes apenas na presença de Operações Motivadoras.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p> <p>Na coluna de frequência, apresenta setas que indicam aumento ou diminuição da frequência da emissão da resposta.</p>
----	---	--	--	---	---

12	(DELITTI, M., 1999)	<p>Título: A criança em seu processo terapêutico: reflexões a partir de um estudo de caso</p> <p>Queixa: dificuldades de aprendizagem.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: não especificada.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
13	(DELITTI, M., 1999)	<p>Título: Análise funcional de um caso de depressão</p> <p>Queixa: desenvolvimento de padrões de comportamento depressivos após o nascimento da primeira filha.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		<p>Diagnóstico: Transtorno Depressivo Maior</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 31 anos</p>			
14	(DELITTI, M., 1999)	<p>Título: Relato de um caso de déficit de repertório social</p> <p>Queixa: problemas para se relacionar com as pessoas da família e do trabalho.</p> <p>Diagnóstico: ausente</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 41 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

15	(GUILHARDI et al, 2001)	<p>Título: Identificação e análise de contingências geradoras de ansiedade: caso clínico</p> <p>Queixa: desenvolvimento de padrões comportamentais ligados à ansiedade, como insônia, taquicardia e dificuldade de concentração.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Ansiedade Generalizada.</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 23 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p> <p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	-------------------------	--	---	---	---

16	(GUILHARDI et al, 2001)	<p>Título: Discussão de caso clínico: a proposta da terapia por contingências</p> <p>Queixa: a mãe da cliente se queixa de comportamento recorrente de mentiras contadas sobre a sua história de vida.</p> <p>Diagnóstico: ausente</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 12 anos.</p>	Descritiva, em formato de texto.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
17	(GUILHARDI et al, 2001)	<p>Título: Análise funcional das respostas de agressão em uma criança de 8 anos diagnosticada com autismo</p> <p>Queixa: padrões agressivos como bater,</p>	Descritiva, em formato de texto.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p>

		<p>morder e gritar colegas e familiares.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista.</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 8 anos.</p>			<p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
18	(BRANDÃO et al, 2004)	<p>Título: Análise funcional de um caso de agressividade e mentira na infância.</p> <p>Queixa: padrões de comportamentos agressivos e de relatos de mentiras.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 10 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

19	(WIELENSKA, R.C., 2008)	<p>Título: Luto infantil: um estudo de caso baseado na análise do comportamento</p> <p>Queixa: apresentação de padrões depressivos e dificuldades para dormir após a morte do pai.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 6 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

20	(WIELENSKA, R.C., 2008)	<p>Título: Intervenções clínicas em uma queixa de hiperatividade infantil.</p> <p>Queixa: a criança foi encaminhada para a terapia após diagnóstico de hiperatividade.</p> <p>Diagnóstico: Hiperatividade.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 4 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
21	(WIELENSKA, R.C., 2009)	<p>Título: Transtorno de personalidade borderline: comportamentos sugeridos ao psicoterapeuta num caso clínico.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p>

		<p>Queixa: foi encaminhada para a terapia após diagnóstico de transtorno de personalidade borderline e após dificuldades de regulação emocional.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Personalidade Borderline.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 4 anos.</p>			<p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
--	--	--	--	--	--

22	(WIELENSKA, R.C., 2009)	<p>Título: Transtorno de personalidade borderline: comportamentos sugeridos ao psicoterapeuta num caso clínico.</p> <p>Queixa: foi encaminhada para a terapia após diagnóstico de transtorno de personalidade borderline e após dificuldades de regulação emocional.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Personalidade Borderline.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 4 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	-------------------------	--	--	--	---

23	(WIELENSKA, R.C., 2009)	<p>Título: Autoconhecimento e relações amorosas: um estudo de caso</p> <p>Queixa: dificuldade para iniciar e manter relacionamentos afetivos.</p> <p>Diagnóstico: ausente.</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 27 anos.</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
24	(GARCIA, M. R., 2010)	<p>Título: Terapia Analítico-Comportamental de uma paciente com diagnóstico de insuficiência renal crônica terminal e depressão: um estudo de caso.</p>	Descritiva, em formato de texto.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Não classifica a função das consequências.</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		<p>Queixa: desenvolvimento de padrões depressivos após diagnóstico de doença renal crônica.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Depressivo Maior</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 32 anos.</p>			
25	(GARCIA, M. R., 2010)	<p>Título: Abordagem ao adolescente com transtorno de personalidade borderline</p> <p>Queixa: diagnóstico de transtorno de personalidade borderline, agressividade e comportamento autolesivos.</p>	Descritiva, em formato de texto.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Não classifica a função das consequências.</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		<p>Diagnóstico: Transtorno de Personalidade Borderline</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: adolescente, sem idade especificada.</p>			
26	(CRUVINEL, A.C.; DIAS, A. L. F.; CILLO, E.N., 2004)	<p>Título: Análise das contingências de um caso clínico de Transtorno Obsessivo Compulsivo</p> <p>Queixa: apresentação de comportamentos ansiosos e relacionados ao transtorno obsessivo compulsivo</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências.</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

		<p>Obsessivo Compulsivo</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 16 anos</p>			
27	(CILLO, E.N. ,SANTOS, M. R. M. , 2007)	<p>Título: O medo de morte na infância: um estudo de caso</p> <p>Queixa: apresentação de comportamentos ansiosos diante de eventos que pudessem sinalizar possibilidade de morte.</p> <p>Diagnóstico: ausente</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: criança, sem idade especificada.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Não classifica a função das consequências.</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>

28	(CILLO, E.N. ,SANTOS, M. R. M. , 2007)	<p>Título: Análise funcional e intervenção na clínica infantil: um estudo de caso.</p> <p>Queixa: apresentação de comportamentos relacionados ao transtorno do espectro autista.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: criança, sem idade especificada.</p>	Descritiva, em formato de texto.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências.</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	--	---	----------------------------------	--	--

29	(DIAS, A. L. F. et al, 2009)	<p>Título: Terapia Analítico Comportamental de Casais: considerações teóricas e estudo de caso clínico</p> <p>Queixa: casal com dificuldade de comunicação e que cogitavam divórcio.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista</p> <p>Sexo: Masculino e Feminino</p> <p>Idade: 38 e 36 anos, respectivamente.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Não classifica a função das consequências.</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	------------------------------	--	---	---	--

30	(COSTA, C.E. et al, 2013)	<p>Manejo clínico do comportamento de desatenção: um estudo de caso sob a perspectiva da Análise do Comportamento</p> <p>Queixa: diagnóstico de déficit de atenção e histórico de fracasso escolar.</p> <p>Diagnóstico: Transtorno de Déficit de Atenção</p> <p>Sexo: Masculino</p> <p>Idade: 8 anos</p>	Análise estruturada e/ou apresentação de quadro.	As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências.</p> <p>Não apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	---------------------------	--	--	--	--

31	(BORGES, N. B. et al, 2014)	<p>Manejo clínico do comportamento de desatenção: Atendimento psicoterápico comportamental de uma mulher adulta com comportamentos característicos de dependência afetiva</p> <p>Queixa: dificuldade de manutenção de relacionamentos afetivos.</p> <p>Diagnóstico: ausente</p> <p>Sexo: Feminino</p> <p>Idade: 32 anos.</p>	<p>Descritiva, em formato de texto.</p>	<p>As análises são compostas pela descrição da resposta, um evento antecedente para cada classes de respostas e consequência.</p>	<p>Não classifica a função dos eventos antecedentes.</p> <p>Classifica a função das consequências.</p> <p>Apresenta regras e autorregras.</p> <p>Não apresenta encadeamento de respostas</p>
----	-----------------------------	--	---	---	--